



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP-UnB

Renato Araújo Santos

**O ESTRESSE NO TRABALHO E O ADOECIMENTO MENTAL DOS SERVIDORES
DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA - DF
Abril, 2025

Renato Araújo Santos

**O ESTRESSE NO TRABALHO E O ADOECIMENTO MENTAL DOS SERVIDORES
DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília – PPGP/UnB. Como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora: Professora Doutora Andrea Cabello

BRASÍLIA - DF
Abril, 2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP-UnB

Este documento foi avaliado pela seguinte banca examinadora:

Professora Doutora **Andrea Felipe Cabello** - Presidente
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP
Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF.

Professor Doutor **Celso Vila Nova de Souza Júnior** - Membro Interno
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGP
Universidade de Brasília - UnB, Brasília/DF.

Professora Doutora **Natália Aurelio Vieira** - Membro Externo
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Brasília/DF.

Professora Doutora **Michele Cristina Silva Melo** - Membro Externo (Suplente)
Advocacia Geral da União - AGU, Brasília/DF.

A banca examinadora decidiu pelo seguinte resultado:

() Aprovado.

() Reprovado. Nesse caso, o aluno tem até o dia _____ do mês _____ do ano _____
para apresentar nova versão para os membros desta banca examinadora.

À Deus, pelo milagre diário da vida.
À minha esposa e filhos, pela paciência e apoio.
Aos familiares, pela compreensão.
Aos amigos, por acreditarem.

*Agradecimento especial à minha orientadora,
por toda dedicação na condução deste trabalho.*

*Aos demais professores,
pelos ensinamentos.*

*Aos colegas do curso,
grandes incentivadores.*

Muito Obrigado!

Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar a possível relação entre as atividades desempenhadas por policiais civis do Distrito Federal e a incidência de adoecimento mental nesse grupo profissional. A pesquisa justifica-se pela escassez de estudos específicos voltados para essa categoria, apesar das evidências crescentes de que a atividade policial envolve diversos fatores de risco associados ao desenvolvimento de transtornos psíquicos. O objetivo geral consiste em analisar se há correlação entre o exercício da função policial e o surgimento de transtornos mentais, como o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade e, em casos extremos, suicídio. Os objetivos específicos incluem a identificação dos principais fatores estressores inerentes à profissão, a análise de programas de apoio psicológico existentes e a investigação de possíveis intervenções capazes de mitigar os impactos do trabalho na saúde mental dos profissionais. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentando-se em revisão bibliográfica, análise documental e exame de dados fornecidos pela Policlínica da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). Os resultados apontam que os policiais civis enfrentam uma multiplicidade de fatores geradores de estresse, tais como exposição cotidiana à violência, jornadas de trabalho excessivas, escasso apoio institucional e pressões hierárquicas. Tais condições contribuem para o aumento dos níveis de estresse e da prevalência de transtornos psíquicos. Ademais, o estigma e o receio de punições dificultam a busca por auxílio psicológico, favorecendo a subnotificação dos casos de adoecimento. Apesar da implementação de iniciativas internas, como o programa “Serh Feliz”, os índices de afastamentos motivados por transtornos mentais permanecem elevados. Entre 2019 e 2023, tais transtornos corresponderam a aproximadamente 8% das homologações de atestados médicos na PCDF, mas representaram cerca de 20% dos casos de absenteísmo, evidenciando o impacto significativo da questão. O estudo aponta a necessidade de políticas públicas mais eficazes, que incluam treinamentos em resiliência emocional, criação de redes de apoio entre os profissionais, revisão das condições de trabalho e ampliação dos serviços de atenção psicológica aos policiais civis do Distrito Federal. Conclui-se que o adoecimento mental entre os trabalhadores da segurança pública é um fenômeno multifatorial, que não pode ser atribuído unicamente às atividades laborais contemporâneas da PCDF. Contudo, demanda a formulação e implementação de estratégias preventivas e terapêuticas que considerem, de forma integrada, os aspectos organizacionais e individuais envolvidos. Nesse sentido, o estudo reforça a urgência de ações concretas que visem à redução dos impactos do estresse ocupacional, promovendo um ambiente de trabalho mais saudável e equilibrado para esses profissionais.

Palavras-chave: Polícia Civil. Saúde mental. Estresse ocupacional. Transtornos mentais. Políticas públicas.

Abstract

This study aims to examine the potential relationship between the work performed by civil police officers in the Federal District of Brazil and the incidence of mental illness within this professional group. The research is motivated by the scarcity of targeted studies focusing on this category of public servants, despite increasing evidence that police work entails various risk factors associated with the development of psychological disorders. The primary objective is to analyze whether there is a correlation between the occupational activities of civil police officers and the emergence of mental health conditions such as post-traumatic stress disorder (PTSD), depression, anxiety, and, in severe cases, suicide. The specific objectives include identifying the main stressors inherent to the profession, evaluating existing psychological support programs, and investigating possible interventions aimed at mitigating the impact of occupational stress on the mental health of police personnel. The methodological approach is qualitative, descriptive, and exploratory, based on a review of the literature, document analysis, and the examination of data provided by the Civil Police Polyclinic of the Federal District (PCDF). Findings indicate that civil police officers are exposed to multiple stress-inducing factors, including daily risks, continuous exposure to violence, excessive working hours, insufficient institutional support, and hierarchical pressure. These conditions contribute to heightened stress levels and the increased prevalence of mental health disorders. Furthermore, stigma and fear of punitive consequences often discourage officers from seeking psychological assistance, leading to significant underreporting of mental health issues. Despite the implementation of internal programs such as “Serh Feliz,” the rate of leave due to mental health problems remains high. Between 2019 and 2023, mental disorders accounted for approximately 8% of all validated medical certificates issued by the PCDF, yet represented nearly 20% of absenteeism cases, illustrating the substantial impact of the issue. The study underscores the need for more effective public policies, including emotional resilience training, the establishment of peer support networks, reassessment of working conditions, and the expansion of mental health services for civil police officers. It is concluded that mental illness among police personnel is a multifactorial phenomenon that cannot be attributed solely to current work conditions within the PCDF. Nonetheless, it demands the implementation of preventive and therapeutic measures that address both organizational and individual dimensions. In this context, the study reinforces the urgency of concrete actions aimed at reducing occupational stress and promoting a healthier, more balanced work environment for civil police officers.

Keywords: Civil Police. Mental health. Occupational stress. Mental disorders. Public policies.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: SUA INSTITUIÇÃO TEM ALGUM APOIO PSICOLÓGICO

GRÁFICO 2: VOCÊ APRESENTA SINAIS DE PROBLEMAS PSICOLÓGICOS

GRÁFICO 3: VOCÊ SABE COMO PEDIR AJUDA PSICOLÓGICA

GRÁFICO 4: VOCÊ TEM RECEIO DE SOFRER VIOLÊNCIA POR PARTE DE ALGUM COLEGA QUE TEM PROBLEMAS PSICOLÓGICOS

GRÁFICO 5: VOCÊ JÁ TEVE VONTADE REPENTINA DE COMETER ATO EXTREMO

GRÁFICO 6: COMO VOCÊ CONSIDERA A SUA SAÚDE MENTAL HOJE

GRÁFICO 7: COMO VOCÊ CONSIDERA A SUA AUTOESTIMA HOJE

GRÁFICO 8: OS COMANDANTES OU POLÍTICOS PODERIAM FAZER MAIS PELA SAÚDE MENTAL DA CORPORACÃO

GRÁFICO 9: POSSÍVEIS CAUSAS DO ADOECIMENTO MENTAL

GRÁFICO 10: VOCÊ APRESENTA SINAIS DE PROBLEMAS PSICOLÓGICOS (POR ESTADO)

GRÁFICO 11: VOCÊ JÁ TEVE VONTADE REPENTINA DE COMETER ATO EXTREMO (POR ESTADO)

GRÁFICO 12: COMO VOCÊ CONSIDERA A SUA SAÚDE MENTAL HOJE (POR ESTADO)

GRÁFICO 13: HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS - POLICLÍNICA / PCDF DE 2019 A 2023

GRÁFICO 14: QUANTIDADE DE HORAS TOTAIS DE ABSENTEÍSMO NA PCDF

GRÁFICO 15: QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS AGENDADOS - POLICLÍNICA / PCDF

GRÁFICO 16: ACOLHIMENTO EM EMERGÊNCIA PSICOLÓGICA - POLICLÍNICA / PCDF

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: QUANTITATIVO DE CARGOS NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

TABELA 2: HOMOLOGAÇÃO DE ATESTADOS - 2019 A 2023 - POLICLÍNICA / PCDF

TABELA 3: QUANTITATIVO DE HORAS TOTAIS DE ABSENTEÍSMO NA PCDF

TABELA 4: QUANTITATIVO DE ATENDIMENTOS AGENDADOS NA POLICLÍNICA

TABELA 5: ACOLHIMENTO DE POLICIAIS EM EMERGÊNCIA PSICOLÓGICA - POLICLÍNICA / PCDF

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ARTIGOS SELECIONADOS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CID - CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS.

CID-F - SE REFERE A TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS.

DF – DISTRITO FEDERAL

DPM – DISTÚRBIOS PSÍQUICOS MENORES

INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL.

IPPEPES – INSTITUTO DE PESQUISA, PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO

NISP – INSTITUTO - NOVAS IDEIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

PEPSIC – PERIÓDICOS ELETRÔNICOS EM PSICOLOGIA

PCDF – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

SciELO – SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE

SGA – SÍNDROME GERAL DE ADAPTAÇÃO

SVG – SERVIÇO VOLUNTÁRIO GRATIFICADO

TEPT – TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO.

Sumário

1- INTRODUÇÃO.....	12
2- METODOLOGIA.....	16
2.1- ESTADO DA ARTE	18
2.1.1- Formulação do problema de pesquisa.....	19
2.1.2- Definição dos critérios de inclusão e exclusão de artigos.....	19
2.1.3- Seleção dos artigos	20
3- O PROBLEMA DO ADOECIMENTO MENTAL NOS TRABALHADORES	23
3.1- ENTENDENDO AS POLÍCIAS	25
3.2- O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO POLICIAL.....	27
3.3- PERCEPÇÃO SOBRE O ADOECIMENTO MENTAL DOS POLICIAIS.....	30
3.4- ADOECIMENTO MENTAL E O TRABALHO POLICIAL.	34
3.5- PRINCIPAIS FATORES ESTRESSORES DO DIA A DIA POLICIAL	37
4- REDUZINDO O ESTRESSE DOS POLICIAIS.....	39
4.1- PROGRAMAS DE APOIO PSICOLÓGICO AOS TRABALHADORES	45
5- MÉTODO E RESULTADOS.....	50
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
7- CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE.....	74
<i>Apêndice A:</i>	<i>74</i>
<i>Memorando solicitando informações da PCDF, via Departamento de Gestão de Pessoas</i> <i>(DGP/PCDF).</i>	<i>74</i>
ANEXOS	76
<i>Anexo A:</i>	<i>76</i>
<i>Informações do Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF (Quantitativo de servidores).....</i>	<i>76</i>
<i>Anexo B:</i>	<i>77</i>
<i>Respostas aos quesitos elaborados no memorando nº 6/2025 (Apêndice A) - informações da</i> <i>Policlínica/PCDF:</i>	<i>77</i>

1- INTRODUÇÃO

O trabalho faz parte da vida humana, necessário para a manutenção da vida moderna e a saúde mental dos trabalhadores tem sido motivo de preocupação. A Organização Mundial da Saúde divulgou em 2022 a sua maior revisão mundial sobre saúde mental desde o início do século. Destacaram que, em 2019, um bilhão de pessoas no mundo viviam com algum tipo de transtorno mental. Esses dados levantaram preocupação pois, os transtornos mentais são uma das principais causas de inatividade humana: de cada 6 anos vividos, 1 deles é de completa incapacidade. Outra constatação é de que as pessoas com condições graves de comprometimento de sua saúde mental, em média, morrem 10 a 20 anos mais cedo que a população em geral, principalmente em função de doenças físicas *evitáveis*. Além disso, o suicídio foi responsável por mais de uma em cada 100 mortes e, 58% dos casos foram com pessoas que tinham menos de 50 anos de idade (OMS, 2022).

A Organização Mundial da Saúde aponta que ambientes de trabalho seguros e saudáveis são um direito fundamental para todos. Quando acolhem seus trabalhadores, as companhias são mais propensas a melhorar o desempenho e a produtividade, além de minimizar tensões e conflitos internos que podem impactar na saúde mental (OMS, 2022).

A OMS (2022) enfatiza que o estigma, discriminação e violações dos direitos humanos contra pessoas com problemas de saúde mental são bastante comuns em todos os países. Estimam que 71% das pessoas psicóticas no mundo não acessam serviços de saúde mental. No caso da depressão, apenas um terço dos afetados recebem algum tipo de cuidado formal. Recente estudo publicado pela Gallup¹ (2024) incluiu dados de 183.000 empresas em 53 setores, em 90 países e descobriu que 20% dos funcionários no mundo se sentem solitários, tendo esse número aumentado no caso de trabalhadores remotos. Destacou também que a sensação de bem-estar dos funcionários mais jovens (menos de 35 anos) seguia em uma alta desde 2016, mas caiu em 2023.

No início dos anos 2000, a OMS descreveu que a prevenção ao suicídio seria uma atividade factível, no entanto, envolveria uma série de atividades que passam por melhores formas de criação das crianças e jovens, o uso de tratamentos dos transtornos mentais, até o controle dos fatores de risco ambientais (OMS, 2000). Neste ponto, Melo (2017) ensina que a

¹ Gallup. Empresa de pesquisa de opinião dos Estados Unidos.

constituição federal brasileira destaca a obrigatoriedade da União, por meio do Sistema Único de Saúde, de adotar políticas públicas a fim de: *“colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”*.

Vale destacar que o governo brasileiro tem lançado leis que visam prevenir suicídios e diminuir as ocorrências de óbitos e tentativas, a serem aplicadas para a população em geral (BRASIL, 2006). Já em 2023, na Lei 14.556, de 2023, foi oficializado o Janeiro Branco, que, em seu artigo 2º estabelece: *“Nos meses de janeiro serão realizadas campanhas nacionais de conscientização da população sobre a saúde mental, que abordarão a promoção de hábitos e ambientes saudáveis e a prevenção de doenças psiquiátricas, com enfoque especial à prevenção da dependência química e do suicídio”*. (BRASIL, 2023-b). Ressalte-se também que, em 2023, foi lançada a Lei 14.531 (BRASIL, 2023-a), que tem relação com a saúde mental dos policiais, demonstrando a preocupação, ainda que incipiente, do governo com os agentes da segurança pública (ROCHA, 2023).

Ressalte-se que no ano de 2023 o INSS concedeu mais de 280 mil benefícios por incapacidade ligada à disfunção das atividades cerebrais e comportamentais, já em 2022 foram 209 mil afastamentos, ou seja, um aumento de 38% (OLIVEIRA, 2024). Isso comprova a necessidade de que sejam tomadas medidas para que sejam minimizadas essas ocorrências, pois, no âmbito das empresas privadas o prejuízo causado pelo absenteísmo, traz reflexos negativos para toda a economia do país.

Para Violanti (2014) o trabalho policial está diretamente ligado ao perigo imediato e ameaças diárias de violência, de morte, além do testemunho de eventos traumáticos. O autor destaca ainda que os policiais têm até sete anos a menos de expectativa de vida em relação à população, pois aqueles são expostos a maiores riscos à saúde por todos os problemas enfrentados como: falta de sono, trabalho em turnos, excesso de trabalho, depressão, etc. Seligmann-Silva (2011) afirma que algumas das frustrações pelas quais podem passar os policiais, como: falta de reconhecimento social e decepções internas com as corporações, promovem desgastes da identidade e dos projetos de vida destes, levando-os, invariavelmente ao adoecimento mental.

Freire *et. al.* (2008) reforça que a profissão de policial é um dos trabalhos que envolvem intensos encargos emocionais, exigindo destes, capacidades sobre-humanas. Comprovação disso é que os policiais passam a ter comportamento de desconfiança, andam sempre com o nível de alerta muito alto em todos os ambientes que se façam presentes, não se sentindo confortável em quase nenhum lugar, principalmente nas suas folgas. O servidor passa a

monitorar criteriosamente as atividades das pessoas ao redor, até mesmo de quem lhe é próximo, criando barreiras inclusive em suas relações pessoais / sociais (MINAYO, SOUZA & CONSTANTINO, 2007; SOUZA & MINAYO, 2005).

Minayo *et. al.* (2008) afirmaram que a forma como o trabalho do policial é executado, com altos e baixos, missões bem-sucedidas mescladas com problemas no cumprimento do dever, ocorrências simples *versus* situações de risco extremo reproduzem nos servidores sensações de saúde e bem-estar, contrapondo-se às condições de estresse, insatisfação e sofrimento.

Silva (2009) ainda destacou que o policial que estiver vivendo em sofrimento psíquico intenso, certamente terá dificuldade de desempenho. Relembrou que em um ambiente de risco, o servidor policial carrega permanentemente a sensação de estar vulnerável em relação à morte. O autor segue afirmando que os variados problemas sociais aos quais os policiais são expostos diariamente e uma política salarial pouco atraente, também são fatores que intensificam os problemas mentais, diminuindo as capacidades psíquicas, afetivas e sociais, mesmo assim, os próprios policiais evitam transparecer que estão adoecidos, pois precisam manterem-se ativos, trabalhando, seja por necessidade financeira, ou mesmo para que possam manter sua condição de “herói” que lhe foi impingida desde que entrou na corporação.

As jornadas excessivas no trabalho foram relatadas no estudo de Minayo *et. al.* (2008) como fatores agravantes, que reduzem o tempo destinado ao lazer, família e descanso, acarretando problemas em cadeia, tais como: aumento de massa corporal, sedentarismo, alimentação incorreta, consumo excessivo de álcool, consumo de substâncias tóxicas e medicamentos, sendo que tais atitudes, levam na sequência ao aumento de ansiedade, estresse, depressão, entre outros problemas físicos e psicológicos.

Martins & Da Cruz (2023) alertaram para a possibilidade de subnotificação dos casos por parte das corporações, o que prejudica a identificação da realidade e, por consequência, o estudo e implementação de políticas públicas específicas à essa categoria profissional.

Bayley & Skolnick (2001) asseveraram que a falta de estudos envolvendo as polícias podem estar relacionadas ao pouco reconhecimento que a sociedade dá às atividades policiais. Mesmo quando são identificadas condições de saúde mental ruins em policiais, há barreiras para se propor a reformulação das maneiras de como as corporações de segurança pública deveriam tratar tais situações.

No Distrito Federal (DF), a situação é semelhante. Matéria publicada por Schwingel (2024) destaca que a PCDF, em média, afasta 10 policiais mensalmente, devido aos transtornos mentais. O alto nível de estresse, salários defasados, endividamento, falta de tempo para se exercitar, para ficar com a família, para o lazer de qualidade, desânimo com o trabalho, entre outros, podem ser precursores dessas situações (MINAYO *et. al.*, 2013; SOUZA *et. al.*, 2022; TAVARES *et. al.*, 2022).

O objetivo geral desta dissertação é de investigar a relação entre a atividade laboral de policiais civis do DF e a possibilidade de deterioração de sua saúde mental. O foco seria determinar se há ligação positiva entre o trabalho policial e o surgimento de sintomas de doenças mentais (TEPT, estresse, depressão, ansiedade, suicídio, etc.).

A seguir, seguem definidos os objetivos específicos da pesquisa, etapas para a realização do objetivo geral: 1- Identificar como as atividades da profissão policial, em especial das polícias civis, podem expor os profissionais a situações de grande pressão psicológica. 2- Apontar alguns dos possíveis fatores estressores aos quais os policiais civis do Distrito Federal estão submetidos no seu dia a dia de trabalho. 3- Identificar na literatura programas de apoio psicológico e intervenções para redução de estresse no ambiente de trabalho policial, que poderiam mitigar o impacto dos estressores na saúde mental dos policiais civis no DF.

O presente estudo se justifica pela necessidade de alertar os gestores e autoridades públicas da importância do tema: adoecimento mental dos policiais civis. A temática está apoiada na premissa de que o trabalho policial frequentemente envolve situações de risco de vida, exposição a eventos traumáticos, jornadas extenuantes e a necessidade de tomar decisões rápidas sob pressão (FREIRE *et. al.*, 2008). Estes fatores, combinados ou não, podem contribuir para o desgaste emocional e psicológico, elevando o risco de adoecimento mental entre os trabalhadores policiais (FUTINO & DELDUQUE, 2020).

De uma maneira geral, o adoecimento mental aparece por múltiplas causas, dentro e fora do âmbito do trabalho, e, inclui entre suas principais causas a hereditariedade, desequilíbrios neuroquímicos, dificuldade em tratar e lidar com as emoções, exposição a condições estressantes (econômicas, sociais e culturais), uso de drogas (lícitas ou não) e também a convivência com traumas (COSTA, 2023). Todos esses aspectos somam-se e a depender do momento em que a pessoa está passando, os seus conflitos pessoais, os desafios dentro da corporação, etc., existe a possibilidade do surgimento de distúrbios mentais.

Foram consultados diversos estudos anteriores envolvendo outras forças policiais (civis e militares) que têm se mostrado impactadas pelo problema. Várias causas possíveis são apresentadas, não sendo possível cravar uma única razão, e, como apresentado acima, diversos fatores se somam e conjuntamente podem desencadear casos de doenças mentais, os quais podem chegar ao extremo do autoextermínio (PEREIRA *et. al.*, 2020; BARBOSA *et. al.*, 2011).

Entender a dinâmica entre o estresse ocupacional causado pelo trabalho policial e o desenvolvimento de transtornos mentais é crucial para desenvolver estratégias eficazes de prevenção, intervenção e apoio à saúde mental desses profissionais (GUIMARÃES *et. al.*, 2020).

Ressalte-se que um trabalho dessa natureza poderia beneficiar os policiais individualmente e também colaborar na melhora da eficácia das forças policiais como um todo, mostrando caminhos e possibilidades que possam dar aos servidores um ambiente ocupacional equilibrado, no qual possam desempenhar suas funções com a tranquilidade necessária, e, em última análise, executando um melhor serviço à sociedade (MINAYO *et. al.*, 2011).

Dessa forma, reitera-se que o objetivo do trabalho é aprofundar a investigação acerca da relação entre o trabalho desenvolvido pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e o adoecimento mental dos seus servidores. Após essa breve introdução, seria possível inferir que o adoecimento mental dos trabalhadores está relacionado somente às profissões nas quais existe maiores riscos e periculosidade?

2- METODOLOGIA

Este capítulo apresenta o método utilizado para desenvolver o estudo, o qual permitirá compreender o caminho adotado ao encontro dos objetivos propostos, imergindo nas percepções e análises apresentadas nos estudos coligidos na revisão de literatura.

Buscando atender aos objetivos propostos, será utilizada a abordagem qualitativa / descritiva e exploratória, tendo em vista que permitirá uma compreensão mais aprofundada e contextualizada do fenômeno que se quer estudar. Para Creswell (2010), pesquisa qualitativa possibilita entender e explorar percepções, opiniões, bem como experiências de outros indivíduos ou dos grupos aos quais eles pertencem, sendo, portanto, essencial para entender como está a situação da prevalência do adoecimento mental entre os policiais da PCDF.

Godoy (2006) ensina que uma abordagem descritiva está capacitada para oferecer a narrativa detalhada do fenômeno social estudado e abrange os elementos de sua configuração, a sua estrutura, as atividades que foram desenvolvidas ao longo do tempo e também as ligações com outros fenômenos.

Já a pesquisa exploratória busca descrever e compreender um fenômeno ainda pouco explorado, conforme ensinado por Creswell (2010). Para o presente estudo, será necessário avaliar o fenômeno do recrudescimento do adoecimento mental dos policiais civis, tendo como base estudos anteriores advindos de outras forças congêneres, que tem relatado situações muito semelhantes.

Escolher o método é fundamental, tendo em vista que ele faz a conexão da realidade com a abordagem proposta a partir dos questionamentos do pesquisador. Ao se considerar a pergunta de pesquisa: *“a exposição a situações de grande pressão psicológica impacta negativamente a saúde mental dos policiais, levando ao estresse, depressão e ansiedade?”*, como já dito, optou-se pela abordagem qualitativa / descritiva, de natureza exploratória, por ser a melhor maneira de avançar nos conhecimentos do assunto pesquisado. Minayo (2012) alerta que o principal verbo da análise qualitativa é “compreender”. É ter a capacidade de se colocar no lugar da outra pessoa, exercitando o entendimento. Para a verdadeira compreensão, faz-se necessário considerar as singularidades de cada indivíduo, pois cada um tem sua subjetividade, manifestando sua forma de viver. É preciso, pois, entender que a vivência e a experiência da pessoa podem ocorrer no âmbito de uma história coletiva, tendo a contextualização diretamente ligada pela cultura do grupo onde está inserida.

Rodrigues & Limena (2006) definiram a abordagem qualitativa, destacando que, quando não são empregados procedimentos estatísticos ou quando o objetivo principal não tem relação com tais procedimentos. Essa abordagem também é preferida para investigar problemas que a estatística não pode representar ou atingir, tendo em vista a sua complexidade. Esses problemas poderiam ser listados como aspectos comportamentais, psicológicos, opiniões ou até mesmo atitudes de grupos ou de indivíduos. Assim, na abordagem qualitativa o pesquisador tentará descrever uma hipótese, analisando a interação das variáveis, dos dados, dos fatos e das teorias. Appolinário (2011), arremata que tais dados, provenientes da pesquisa qualitativa chegam através de interações sociais e a análise do pesquisador é subjetiva, pois ele tem maior foco no fenômeno em estudo.

Nunes (2007) ensina que desenvolver uma pesquisa qualitativa envolve um mundo de reflexões, sentidos, princípios e atitudes que não podem ser quantificados. Assim, seu ponto central busca focar a elucidação e entendimento das relações sociais e se adequa melhor aos

estudos envolvendo grupos que podem compartilhar o saber através das interações sociais e comportamentos.

A escolha do método qualitativo tem relação com a busca dos aspectos subjetivos, anseios e inquietações dos policiais, que estejam imbricados na pergunta de pesquisa, focados na maneira como a saúde mental é vista e sua significação junto aos servidores da PCDF. Por derradeiro, fica evidente a importância de retratar o caminho a ser percorrido, buscando evidenciar o entendimento e o sentido de cada passo rumo aos objetivos já mencionados (Turato, 2005).

Severino (2007) descreve a pesquisa documental como: *“[...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.”*

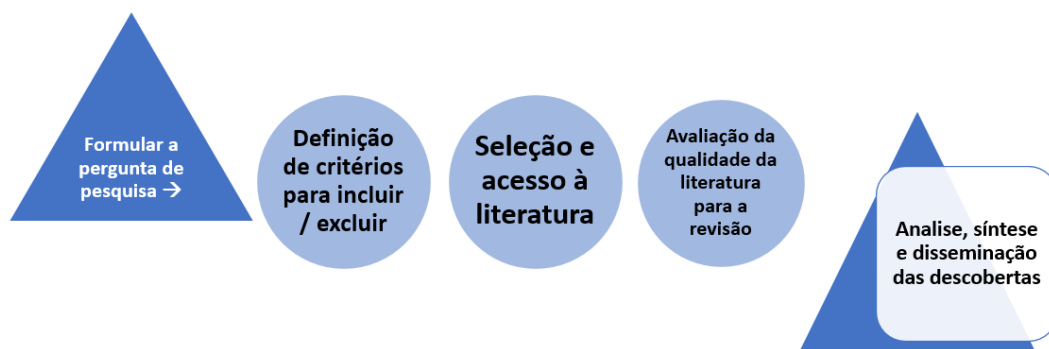
Este estudo, portanto, ganha contornos de uma “pesquisa pura” conforme apontou Appolinário (2011, p.146), se desenvolverá a partir de pesquisa bibliográfica (KOLLER, DE PAULA COUTO & HOHENDORFF, 2014) e pesquisa documental (MARCONI & LAKATOS, 2017; SEVERINO, 2007), por fim, a análise de conteúdo, seguirá de acordo com os pressupostos indicados por Bardin (2016).

2.1- ESTADO DA ARTE

Pela metodologia proposta por Cronin, Ryan e Coughlan (2008), temos dois tipos de revisão de literatura, a tradicional e a sistemática. A tradicional faz a crítica e o resumo de vários produtos da literatura, dos quais se extrai conclusões sobre um tema. Já a revisão sistemática tem como objetivo responder perguntas específicas sobre o tema, com critérios próprios para avaliar, identificar e sintetizar o que há de relevante nos artigos sobre um assunto específico.

Neste estudo, portanto, será utilizada a revisão sistemática, passando pela elaboração de uma abordagem específica para buscar os artigos relevantes e dar início à revisão de literatura. Cronin, Ryan e Coughlan (2008) indicam em seu protocolo, cinco etapas para a consecução desses objetivos, conforme indicado na figura 1:

Figura 1 – Protocolo de Cronin, Ryan e Coughlan (2008).



Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1.1- Formulação do problema de pesquisa

Com base na hipótese de que “*a exposição a situações de grande pressão psicológica impacta negativamente a saúde mental dos policiais, levando ao estresse, depressão e ansiedade?*”, pretende-se tentar compreender se o trabalho desenvolvido pelos policiais civis do Distrito Federal pode estar diretamente relacionado com a prevalência e aumento de casos de transtorno mental e suicídio (CRONIN, RYAN & COUGHLAN, 2008).

2.1.2- Definição dos critérios de inclusão e exclusão de artigos

Adotar descritores facilita a pesquisa e a recuperação de artigos. Tendo em vista as especificidades do tema, escolher criteriosamente os descritores faz-se fundamental para encontrar na literatura científica estudos com maior proximidade às necessidades da pesquisa (BRANDAU *et. al.*, 2005).

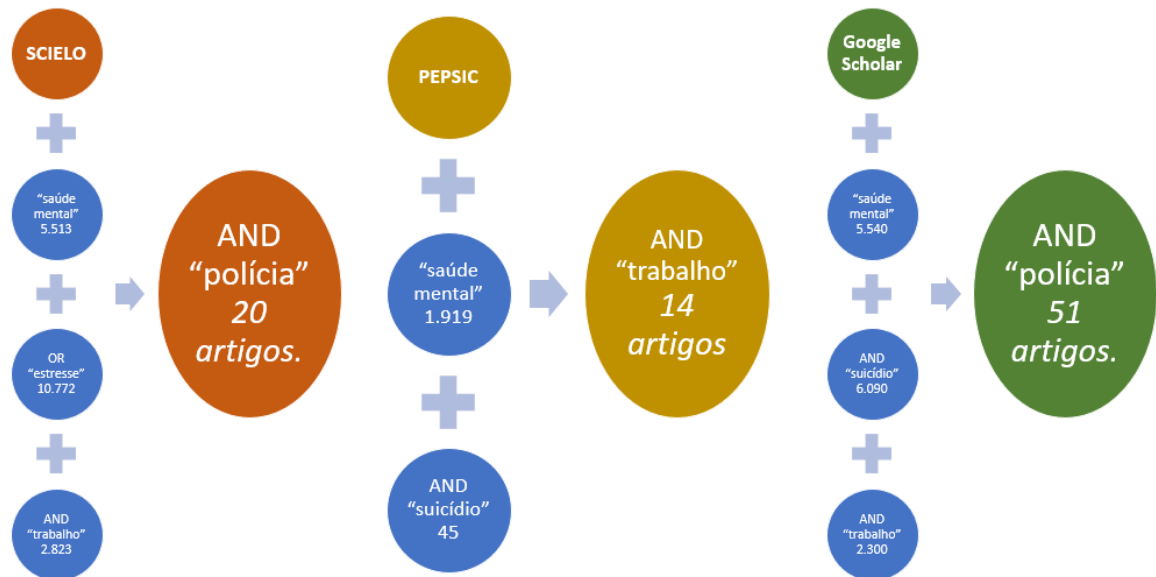
A delimitação por áreas do conhecimento abrangeu as Ciências Humanas (psicologia, psicologia do trabalho, saúde ocupacional), Ciências Sociais (criminologia), Administração Pública (políticas públicas) entre outras áreas correlatas. Os operadores booleanos “OR” e “AND” foram utilizados com variadas combinações, para otimizar a pesquisa.

Foram escolhidos artigos na íntegra em língua portuguesa, sendo excluídos capítulos de livros. O período escolhido esteve compreendido nos últimos quinze anos, haja visto a necessidade de ampliar a quantidade de artigos, visando entender melhor a evolução do tema ao longo do tempo.

Na filtragem dos artigos, foram lidos os títulos e excluídos aqueles repetidos, passando à leitura dos resumos, e, logo após, foram identificados os estudos mais alinhados ao tema. Os artigos também foram classificados pelas publicações que tiveram conceitos *Qualis B3* ou superior (quadriênio 2017-2020).

A pesquisa utilizou os descritores “saúde mental”, “estresse”, “suicídio”, “trabalho” e “polícia” de maneira alternada, juntamente com os booleanos “OR” e “AND”, conforme descrito na Figura 2:

Figura 2 – Critério de Seleção dos Artigos



Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1.3- Seleção dos artigos

Os dados foram coletados a partir de novembro de 2023, inicialmente na base de dados da *SCIELO* (que inclui a *WoS* – Web of Science), de onde foram identificados os primeiros vinte artigos. Logo após essa busca, foram pesquisados os Periódicos Eletrônicos em Psicologia (*PEPSIC*). Destaque-se que, com o uso do descritor “polícia” ao final das pesquisas o retorno era de *zero* (0) artigos. Assim, optou-se pela supressão dessa palavra, resultando em quatorze (14) artigos. Por fim, utilizou-se a plataforma *Google Scholar* onde foram encontrados os demais arquivos que compõem a revisão, tendo sido localizados cinquenta e um artigos, totalizando oitenta e cinco (85) artigos.

Pela leitura dos títulos, foram eliminados trinta e seis (36) artigos repetidos e sem relação com a polícia. Restando quarenta e nove para a leitura dos resumos. Desses últimos, devido à pertinência temática, foram excluídos outros trinta e um (31), restando dezoito (18) artigos para leitura completa.

Concluída a seleção dos artigos, foi iniciada a análise. Na leitura, buscou-se o

relacionamento com o objetivo deste estudo, de maneira a abranger o mais amplamente possível o tema proposto e o público envolvido. O quadro 1 abaixo mostra as publicações selecionadas contendo a revista, classificação *Qualis* e os dados bibliográficos.

Quadro 1: Artigos selecionados.

Nº	Periódico	Qualis	Dados Bibliográficos
1	Saúde e Sociedade São Paulo	A3	ESTEVEES, Anabela; GOMES, A. Rui. <i>Stress ocupacional e avaliação cognitiva: um estudo com forças de segurança</i> . Saúde Soc. São Paulo, v.22, n.3, p.701-713, 2013. https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000300005
2	Ciência & Saúde Coletiva	A1	BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. <i>Estresse ocupacional em mulheres policiais</i> . Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013. https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300011
3	Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário	B3	FUTINO, Regina Silva; DELDUQUE, Maria Célia. <i>Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema</i> . Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, Brasília, v. 9, n. 2, p. 116-134, abr./jun. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.17566/ciads.v9i2.632 .
4	UNISANTA Law and Social Violence	B1	FRANCO, Andre Luiz Abul Hiss. <i>Saúde mental dos policiais como forma de obter um desenvolvimento sustentável</i> . UNISANTA Law and Social Science, v. 12, n. 1, 2023. https://periodicos.unisanta.br/index.php/lss/article/view/3573
5	Psicologia: Ciência e Profissão	A2	LIMA, Fabíola Polo de; BLANK, Vera Lúcia Guimarães; MENEGON, Fabricio Augusto. <i>Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde</i> . Psicologia: Ciência e Profissão. ISSN: 1414-9893. 2015. https://www.scielo.br/j/pcp/a/q54XX48xW8pPcXXHfSSNqdb/abstract/?lang=pt
6	Ciência & Saúde Coletiva	A1	PINTO, Liana Wernersbach; FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (2013). <i>Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro</i> . Ciência & Saúde Coletiva, 18(3), 633-644. https://www.scielo.br/j/csc/a/MgkjVYq6nWCRHgY7hW5qQvf/abstract/?lang=pt
7	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	A3	BAIERLE, Tatiana Cardoso; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. <i>Saúde mental e subjetividade no trabalho de uma guarda municipal: estudo em psicodinâmica do trabalho</i> . Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 11(1), 69-81. 2008. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172008000100006&script=sci_abstract
8	Jornal Brasileiro de Psiquiatria.....	B3	TAVARES, Juliana Petri et. al. <i>Minor psychiatric disorders and the work context of Civil Police: a mixed method study / Distúrbios psíquicos menores e o contexto de trabalho da Polícia Civil: um estudo de método misto</i> . Jornal Brasileiro de Psiquiatria. 2022; 71(4):288-95. ISSN: 1982-0208. 2022. https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/TqFt65NDLYjQywws5swvqnb/abstract/?lang=pt#
9	CADERNOS EBAPE.BR	A2	DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; FERREIRA, Leonardo Borges. <i>Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal</i> . CADERNOS EBAPE.BR, v. 21, nº 1 - ISSN: 1679-3951. 2023. https://www.scielo.br/j/cebape/a/MLhNhXcDC5YV3ZSrQ5HrcMn/
10	Ciência & Saúde Coletiva	A1	URBANI, Gisele; JESUS, Lêda Freitas de; COZENDEY-SILVA, Eliana Napoleão. <i>Síndrome da disfunção da articulação temporomandibular e o estresse presente no trabalho policial: revisão integrativa</i> . Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 5, p. 1753-1765, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018245.16162017.

11	Saúde e Sociedade São Paulo	A3	SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. <i>O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental</i> . Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.4, p.161-170, 2008. https://www.scielo.br/j/sausoc/a/c7trbjmJ3RRnpDyHsNcJJKh/abstract/?lang=pt
12	Ciência & Saúde Coletiva	A1	MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; CARVALHAES, Raquel Vasconcellos. <i>Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro</i> . (RJ, Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.
13	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	B1	GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; NETO, Alessandra Laudelino; MASSUDA JÚNIOR, João. <i>Intervenção integrada em saúde mental do trabalhador em uma corporação policial de Campo Grande (MS)</i> . Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, [s.l.], v. 45, e8, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000018618 .
14	Sociologias	A1	OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. <i>Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua</i> . Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 224-250, set./dez. 2010.
15	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	B1	PELEGRINI, Andreia; CARDOSO, Thiago Elpidio; CLAUMANN, Gaia Salvador; PINTO, André de Araujo; FELDEN, Erico Pereira Gomes. <i>Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais</i> . Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 423-430, 2018. DOI: https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1160 .
16	Psicologia: Ciência e Profissão	A2	CASTRO, Maria Cristina d'Avila de; CRUZ, Roberto Moraes. <i>Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis</i> . Psicologia: Ciência e Profissão, [S.l.], v. 35, n. 2, p. 271-289, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-370300702013 .
17	Cadernos Saúde Coletiva	B1	PEREIRA, Gustavo Klauber; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. <i>Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil</i> . Cad. Saúde Colet., 2020, vol. 28, no. 4, pp. 500-509. DOI: https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040562
18	Revista Brasileira de Segurança Pública	A3	NASCIMENTO, Carlos; DA SILVA, Guilherme Bertassoni; VARGAS, Raíssa Miranda da Cunha; HOLANDA, Adriano Furtado. <i>Prática Policial e o Not Being-at-Ease: A Importância do Investimento em Saúde Mental na Polícia</i> . Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 17, n. 2, 2023.

Fonte: Base de Periódicos da *Scielo*, *Pepsic* e *Google Scholar*. Plataforma Sucupira da CAPES, para verificação da classificação *Qualis*. Compilação do autor.

Com objetivo de realizar a análise dos textos relacionados ao adoecimento mental dos policiais civis do Distrito Federal, utilizou-se a técnica de fichamento (*organizando e classificando os artigos em planilha Excel*) indicada por Oliveira & Pantoja (2021). Cada um dos textos citados foi classificado em: 1) título; 2) autores; 3) ano de publicação; 4) periódico / revista; 5) palavras chave; 6) problema ou pergunta central; 7) objetivo do artigo; 8) metodologia utilizada; 9) abordagem metodológica; 10) principais conceitos modelos e bases teóricas; 11) análise geral e 12) link do arquivo na internet. A última atualização da planilha foi em janeiro de 2025 e o resumo apresenta significativas tendências para o problema estudado. Todo esse processo, com utilização de análises e seleção pormenorizadas, busca garantir relevância e aderência dos estudos à revisão de literatura.

3- O PROBLEMA DO ADOECIMENTO MENTAL NOS TRABALHADORES

Laure (1998) analisando as organizações competitivas, observou que quatro em cada cinco trabalhadores estariam dopados. *“A tomada de psicotrópicos (tranquilizantes e antidepressivos) ou mesmo uso de drogas, reflete uma cultura da conquista que se torna necessariamente uma cultura de ansiedade. O fato de que esses medicamentos sejam utilizados para reforçar as capacidades psíquicas e corporais exprime a busca inconsequente de resistir em meio à competição”*. Conforme o autor, isso denotaria que para suportar a forte competição interna nas corporações, haveria uma grande tendência de recorrer-se às drogas para buscar a “vitória” ou para a simples manutenção do trabalhador na empresa.

Além disso, as pressões organizacionais trazem evidentes problemas psicopatológicos (AUBERT & GAULEJAC, 1991; EHRENBURG, 1992 e DEJOURS, 1998), como a depressão, o estresse e o esgotamento no trabalho, que se iniciam muito pequenos e pouco perceptíveis. Aos poucos, surgem os efeitos desses problemas, tais como: mal-estar recorrente, fadiga e a sensação de não suportar a pressão. Evoluem então para o *burn out*, definido pelos autores como sendo um esforço muito grande para atingir um objetivo que não é possível alcançar.

Aubert & Pagès (1989) analisaram o estresse como fenômeno social, contrapondo a escola norte-americana que utilizava a perspectiva *behaviorista*² que considerava apenas os fatores diretos de estresse. Para os autores, o estresse tem muitos níveis, advindos de várias origens e não somente de situações objetivas (comportamento), apresentando alguns exemplos como: falta de gestão na organização do trabalho, situações estressantes graves, ou mesmo particularidades cotidianas menos espetaculares do dia a dia na empresa, advertindo que todas podem causar ou mesmo potencializar o estresse. Nessa linha, Marty (1978) reforça que pessoas submetidas a situações de estresse crônico sofrem de perturbações de sono, angústia, depressão, problemas com a sexualidade, hipertensão, úlceras, alterações imunológicas, obesidade, além de distúrbios cardiovasculares.

Gaulejac (2007) destacou que o poder público e as empresas pouco estariam se importando com questões ligadas ao estresse dos trabalhadores. O estresse não passaria de uma espécie de “vulnerabilidade psíquica” e para debelá-lo, a pessoa deveria se valer tão somente de apoio psicológico ou médico. Dessa forma, a intenção era que o estresse fosse banalizado e suas

² *Behaviorismo* - Teoria psicológica defende que a psicologia humana. Pode ser objetivamente estudada por meio da observação do comportamento. (WATSON, 1913).

graves consequências vinculadas exclusivamente aos comportamentos individuais, deixando de lado as condições de trabalho e demais fatores estressores.

Esse entendimento, no entanto, foi superado, e, em 2002, um estudo coordenado por uma agência europeia para a segurança e saúde do trabalho, revelou que o estresse teria ligação com 24% (vinte e quatro por cento) das crises cardíacas, estaria relacionado ao câncer, obesidade, ao abuso do álcool e má alimentação. Seria causador direto da depressão, e, quase sempre ligado ao suicídio. Dentre as mais variadas causas, destacam-se, novamente, a repetição de tarefas, prazos curtos, ritmo frenético, ambiente laboral inadequado e a exposição a situações de violência. Os custos humanos e econômicos chegariam a 20 bilhões de Euros anuais, ligados somente à perda de produtividade e custos médicos, restando somar, ainda, o custo do absenteísmo gerado por essas situações (DIAMANTOPOULOU, 2002). Estudos como de Troncoso *et. al.* (2018), Moreira *et. al.* (2018) e Blanco *et. al.* (2023) reforçam que o estresse está entre os maiores fatores de risco associados ao infarto agudo do miocárdio³, por exemplo.

Delberghe (2002), mencionou que o departamento de epidemiologia do *Inserm de Toulouse*⁴, levou a cabo um estudo com 30 mil trabalhadores os quais tiveram um sensível agravamento do estresse diretamente ligado às condições laborais, destacando ser essa realidade mais premente nas categorias mais desfavorecidas dos assalariados. Acerca disso, estudo de Blanco *et. al.* (2023) destacou que, dentre os participantes de sua pesquisa, “a maior parte dos pacientes atendidos não possuem condições socioeconômicas para custearem seus gastos com a saúde”, reforçando que o nível socioeconômico tem grande influência nos tratamentos dos problemas médicos.

Diante desse cenário, depreende-se que as pessoas modernas estão inseridas em um contexto de competitividade exacerbada, preocupações excessivas em seus ambientes de trabalho, medos, traumas, frustrações. Todos esses fatores percebidos nos ambientes de empresas particulares, também invadem o serviço público e, mais ainda, em ambientes onde estão inseridos os policiais, os quais lidam diariamente com a violência, mazelas da sociedade e os mais variados problemas sociais. Assim, segue-se na análise do trabalho desenvolvido pelos policiais civis do Distrito Federal, procurando paralelo com o adoecimento mental, através de artigos e estudos que foram pesquisados para balizar o tema.

³ A Organização Mundial da Saúde (2020), nomeou o IAM (*Infarto Agudo do Miocárdio*) como maior causa de morte no mundo, totalizando 16% das mortes mundiais (WHO, 2020).

⁴ Toulouse Institute for Infectious and Inflammatory Diseases - https://www.infinity.inserm.fr/en/the_institute/

3.1- ENTENDENDO AS POLÍCIAS

Bayley & Skolnick (2001) ensinaram que a polícia surgiu juntamente com o aumento do poder do Estado, na Europa absolutista. A revolução burguesa pavimentou a necessidade de controlar as ilegalidades que se apresentavam contra a propriedade e também poderiam ameaçar o crescimento do capitalismo industrial. Na época ainda houve o fator do aumento da população nas cidades envolvidas nesse desenvolvimento, aumentando assim a quantidade de “classes perigosas”. Portanto, o uso da força foi institucionalizado pelo Estado para controle, primeiramente, de seus interesses.

Destarte, os mesmos autores destacaram o surgimento de dois tipos de polícia, nos modelos francês e inglês. O primeiro, francês, se caracterizava pela centralização e ligação estrita com o Estado. Já o segundo, inglês, tinha como base a relação da sociedade local e o grupo policial, ao qual denominou de modelo comunitário (polícia comunitária). Por fim, afirmaram que para funcionar bem, as polícias deveriam se organizar combinando ambos os modelos.

Contextualizando o “poder de polícia” Foucault (2002) retratou que “... a polícia do século XVIII, a seu papel de auxiliar de justiça na busca aos criminosos e de instrumento para o controle político dos complôs, dos movimentos de oposição ou das revoltas, acrescenta uma função disciplinar.” A partir desse entendimento, é entronizado nas culturas formativas das academias de polícia, sejam civis ou militares, a noção descrita por Bayley & Skolnick (2001, pág. 20) que os policiais “são pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentre este mesmo grupo através da aplicação da força física”. Reforçam seu entendimento, acrescentando que compete exclusivamente à polícia usar força física efetiva ou mesmo ameaçar esse uso em nome do Estado, para inibir um determinado comportamento fora dos padrões regulamentados nas leis.

Em relação à PCDF, trazemos um breve histórico de sua criação:

“Em 1808, o Príncipe Regente Dom João VI, preocupado com a segurança da corte diante de uma possível disseminação das ideias liberais francesas, criou o cargo de intendente-geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, similar ao de Portugal, conforme estabelecido no Alvará de 10 de maio daquele ano.

O cargo de primeiro Intendente-Geral de Polícia foi ocupado pelo Desembargador Paulo Fernandes Viana, Ouvidor-Geral do Crime e membro da ordem de Cristo, considerado o fundador da Polícia Civil no Brasil. Ao criar a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, o Príncipe

regente, em um só ato, instituiu a Polícia da Capital e a Polícia do País. A criação da Intendência-Geral de Polícia é considerada o marco histórico da Polícia no Brasil, sendo compartilhado pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e pela Polícia Civil do Distrito Federal.

Historicamente, a instituição passou por diversas transformações. Em 1830, o Código Criminal do Império do Brasil, estabeleceu em cada município e província da Corte, o cargo de Chefe de Polícia, auxiliado por delegados e subdelegados. Em 1871, foi criado o Inquérito Policial, sendo instituído, como requisito para o exercício do cargo de Chefe de Polícia, o "notável saber jurídico". Com a Proclamação da República, em 1889, os serviços de polícia passaram a ser regulamentados por leis estaduais, sendo que, em 1902, o Presidente da República, Rodrigues Alves, reformou o serviço policial da capital, denominando-o Polícia Civil do Distrito Federal. O Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, em 1946, instituiu 21 de abril como dia das polícias Cíveis e militares e, como patrono da instituição, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. No decorrer do governo Vargas, a polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança pública – DFSP, que no governo Juscelino Kubitschek, com a mudança da Capital Federal, transferiu sua sede para Brasília e incorporou servidores da Guarda Especial de Brasília – GEB.

Durante o governo Castelo Branco, em 1964, o DFSP foi reorganizado, sendo acrescida à sua estrutura a Polícia do Distrito Federal, que contava com a Divisão de Polícia Judiciária – DPJ. Em 1965, foram promovidas alterações adicionais, em especial a implantação do Regime Jurídico dos Policiais Cíveis da União e do Distrito Federal, iniciando a era contemporânea da polícia Civil do Distrito Federal. O Regime jurídico definiu 21 de abril como dia do Funcionário Policial Civil.”

Fonte: <https://www.pcdf.df.gov.br/institucional/historia-da-policia-civil-do-distrito-federal>

Com mais de duzentos anos de criação da PCDF, essa instituição tem como importante trabalho a criação de mecanismos de acompanhamento e de tratamento do seu maior patrimônio, os seus policiais. A dinâmica atual fortalece o entendimento de que são necessárias ações eficazes na criação de mecanismos de acompanhamento e tratamento de seus membros como forma de manter seu legado não somente no cuidado com as leis e a ordem, mas também, com seu corpo de servidores, fator que é compromisso da Direção Geral da PCDF.

3.2- O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO POLICIAL

Diante do que se procura apresentar neste trabalho, é importante destacar como se dá a formação de todos os policiais, preparando-os para executarem tarefas típicas da profissão, como o uso de arma de fogo, defesa pessoal, etc. Segundo Goffman (1987), são impingidos nos “policiais alunos” degradações, rebaixamentos, humilhações, perda do nome (todos são chamados por “aluno”; “novinho”; ou por um simples “número”) e ainda são praticados “testes de obediência” (os alunos recebem castigos sem reclamar). Essa quantidade de indignidades visa reposicionar o cidadão e moldar sua percepção do mundo rumo à uma “*subjetividade de si próprio*”, algo esperado pela instituição, pois assim, ele será moldado conforme os dogmas daquela corporação policial, pois, assim, espera-se a criação de pessoas diferenciadas das demais, tais como “super-homens” ou “supermulheres”, fortes, homogêneos e mais resilientes.

Para Violanti (2014), as academias de polícia trabalham com a ideia de construir um “policial-guerreiro”, apontando que há um inimigo da sociedade que deve ser combatido. Esse espírito aguerrido é esperado entre os componentes das forças policiais, no entanto, a conotação extrema que é dada à formação, acaba por superar a própria condição de ser humano, com vistas a criar seres diferenciados, no entanto, por vezes, não há consideração das diferenças físicas e psicológicas entre as pessoas e, essa sobrecarga mental está ligada ao aumento do estresse e de outras condições adversas seja no âmbito psicológico ou não.

A conversão da identidade e a ressignificação do mundo por parte do policial, a partir da sua formação nas academias de polícia e nos ambientes policiais, é citado por Cunha (2004, *apud* Moraes & Paula, 2010), como o verdadeiro momento de reconstrução do “eu interior” daqueles. Nesse instante, da reconstrução do “eu interior”, são incorporados novos valores, concepções e conjunto de ideias, haja visto o importante papel que o policial novato desempenhará doravante. Tal mudança, por ser intensa e abrupta, a depender do indivíduo, pode causar-lhe desde o início de sua carreira o começo de um processo de sofrimento mental.

A formação proposta nas academias de polícia cria no sujeito uma nova perspectiva subjetiva para a vida em sociedade. Reishoffer & Bicalho (2009) afirmaram que tanto na produção da subjetividade quanto da objetividade, a iniciação se dá em um campo de forças heterogêneo, que está em constante movimento, produzem, portanto, diferentes percepções de sujeitos e objetos em um processo contínuo. Destacam que a subjetividade no indivíduo e no corpo social se inicia por partes heterogêneas passando a fazer parte da estrutura interior. Os mesmos autores também destacam que a subjetivação consegue produzir nos indivíduos uma grande uniformização, dificultando que as pessoas sejam singulares - tenham pensamentos e

ações próprias, o que poderia levá-los a escapar dessa massificação. No entanto, discorrem que deveriam existir brechas nessa subjetivação de maneira que os indivíduos submetidos a esse processo não adoçam, finalizando que a sujeição completa à subjetividade alienante poderá levar ao adoecimento físico e mental.

Minayo *et. al.* (2008) lembram que nas corporações, devido à forte hierarquização das funções, os policiais tem sua iniciativa, proatividade e até o raciocínio limitados, tendo servidores moldados e padronizados tão somente para “servir e proteger”. Nos cursos de formação profissional o futuro policial é levado a agir conforme os preceitos da instituição a qual ele fará parte. Destacaram que o policial age conforme a subjetivação de comportamento a que foi exposto nas academias de polícia e essa dicotomia entre o “eu anterior” e o “novo ser” pode lhe causar aflição e iniciar o processo de degradação mental. Seguem afirmando que tal situação gera sofrimento mental e uma certa degradação cognitiva, reforçado pela mensagem dos autores: *“a lacuna entre o que foi determinado e o que não é exigido oficialmente pode caminhar para o início de estresse e de sentimentos conflituosos”*, já que o policial, por conta da forte doutrinação que fora submetido, tem reduzida a sua autodeterminação, e coloca em dúvida o que lhe foi mandado fazer, em detrimento do que deveria ser feito.

Na avaliação de Spode (2004) as corporações policiais militares retratam também semelhança às instituições policiais civis. A autora pontua que a lógica das corporações, repleta de códigos morais, sustentáculos de sua atividade, elevam o servidor à condição de reproduzir modos específicos de agir, pensar, se relacionar e de sentir, os quais “o tornariam um verdadeiro policial”. Assevera que essa moldagem estrutural / pessoal a que os servidores são e estão submetidos faz com que eles não consigam separar a condição de policial da condição de cidadão, mesmo fora de serviço, ou seja, aquele servidor passa a ser policial 24 horas por dia, não conseguindo se desligar do trabalho.

Para Silva & Sehnem (2018) os próprios policiais consideram várias das suas atividades como desumanas, pois, para que pudessem exercê-la conforme lhes é determinado e sem questionamentos (ou seja: “obedecer ao comando”) eles precisariam ser quase robôs, e, sendo assim, como máquinas, não haveriam de preponderar suas necessidades humanas ou mesmo suas opiniões, reiteram que essas imposições são originadas e relatadas desde os cursos de formação do policial.

Os internados nos cursos de formação passam a cuidar e balizar suas condutas evitando ao máximo descumprir as regras. Manter-se nesse estado de alerta, segundo Goffman (1987), causa grave angústia, não raro, nesses cursos são anotadas exclusões e desistências, sendo esses

desistentes considerados “fracos”. O autor ainda afirma que aos alunos policiais são impostos, através de “estratégia da subjetivação” a renúncia de suas autonomias e vontades.

Para Bayley & Skolnick (2001) todo esse arcabouço apresentado serve para clarificar que o comportamento do policial, desde o início da carreira, é subjetivado conforme a corporação. No entanto, ele ainda sofre influências culturais, educacionais e da própria consciência, fato este que pode causar desconforto psicológico. A formação policial busca controlar o comportamento individual, através de mecanismos internos e também externos da própria instituição policial. Os fatores internos são mais fáceis de controlar pois estão próximos, como o poder disciplina e supervisão. Já os externos, têm relação ao poder do Estado, dos tribunais, da mídia, etc. Essa forma de controlar o cidadão que pretende ser membro de uma polícia, esvazia o “*eu próprio*” e cria o “*eu policial*”, com novas responsabilidades e crenças, por vezes diferentes do que ele já carregava, assim, tais fatores podem desencadear sofrimento psíquico, aflição e estresse.

O equilíbrio mental do policial transita entre esses conceitos e mecanismos atuando na sua percepção subjetiva da vida anterior à polícia e do que foi reprogramado em sua formação. Inegavelmente, a carga psíquica acaba por aumentar. Aos que não conseguem compreender tal situação, ou pelo menos adaptar-se a esse novo sentido de vida, provavelmente, sofrerão com a chegada do estresse, descontrole emocional, desequilíbrio de várias áreas, por consequência, essas situações poderão reverberar no cotidiano do policial, atrapalhando sua atuação profissional o qual pode praticar vários atos desastrosos tanto para si e seus colegas de profissão, quanto para a sociedade.

Silva & Sehnem (2018) destacam em seu estudo que os policiais avaliados apresentaram traços de frieza emocional, estrito cumprimento das regras sociais, falta de motivação, baixo nível de autocrítica, instabilidade emocional, etc. Concluíram que a saúde mental dos policiais militares apresenta fragilidades as quais poderiam ter sido adquiridas ao longo do desempenho de suas atividades.

Os artigos de Franco (2023), Seligman-Silva (2011) e Dias *et. al.* (2023), apontaram que uma estrutura organizacional rígida também tem relação com o sofrimento mental dos policiais. Não obstante tais assertivas, Cruz & Barbosa (2002) destacaram que as instituições policiais são centradas na autoridade, as quais se legitimam em regras e regulamentos por vezes abstratos que fixam os parâmetros de como devem ser praticadas as atividades e definem também seus limites de atuação, relegando a ideia de que os manuais não podem prever as reações dos seres humanos em situações policiais. Não há como prever tudo, não há regra que sirva para todas as situações.

Minayo *et. al.* (2008), reiterou que o bloqueio da subjetividade do agente, por imposições de regras de conduta e atuação, tem efeito de causar nesse policial o declínio da sua saúde mental.

As informações aqui compiladas através da análise de vários estudos demonstram que o trabalho policial, desde as suas origens nas academias de polícia, tem uma longa lista de estressores associados, conforme mencionaram Esteves & Gomes (2013), Maia *et. al.* (2011) e Seligman-silva (2011). Os autores ainda apontaram que os agentes que tem menor suporte social, ou seja, que não tenham boas relações interpessoais dentro e fora da corporação (família estruturada, filhos, amigos, lazer, etc.) tem maiores índices de depressão, adoecimento mental e maior tendência de serem acometidos pela síndrome de *burnout*, sendo estes, preditores clássicos para o suicídio (PEREIRA *et. al.*, 2020).

Diante disso, ainda não se pode apontar que somente o trabalho desenvolvido dentro da PCDF ou mesmo a formação específica desse policial na academia de polícia como culpados e causadores de estresse e de adoecimento dos policiais. Causas adjacentes ligadas aos aspectos sociais fora do contexto do trabalho também deverão ser considerados no impacto à sua saúde mental.

3.3- PERCEPÇÃO SOBRE O ADOECIMENTO MENTAL DOS POLICIAIS

Nos últimos anos, tem-se percebido um aumento de casos de transtornos mentais e suicídios de policiais (DA SILVA *et. al.* 2023). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 (MARTINS & DA CRUZ, 2023, *págs. 46 e 47*) traz dados das mortes de policiais em 2022, em comparação com 2021, que foram disponibilizados pelos órgãos de segurança pública brasileiros. Os números indicam acréscimo de mais de 11% das mortes de policiais por diversas causas, de um ano para o outro. Relativamente ao suicídio, em 2022 foram computados 82 casos, no entanto, as autoras alertam para a possibilidade desse número ser ainda maior, devido à subnotificação por parte das corporações.

Já o documento elaborado pelo Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPEs, 2023) mostra dados alarmantes da perda de material humano entre as corporações de Segurança Pública, destacando que entre 2018 à 2022, 508 policiais da ativa tiraram a própria vida e 138 inativos também cometeram o mesmo ato. Da mesma forma que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública reporta uma possível subnotificação de casos (MARTINS & DA CRUZ, 2023), o Boletim IPPEs também destaca que esses números podem ser maiores, já que diversas

instituições que foram questionadas, se recusaram ou não encaminharam os dados referentes à essa temática.

De acordo com Futino & Delduque (2020), no Brasil, a maioria dos estudos que tratam da saúde mental de policiais envolvem as corporações de polícias militares, no entanto, pela similaridade de atuação na segurança pública as polícias civis também são impactadas significativamente pelos problemas e conflitos identificados nesses trabalhos referentes aos aspectos de fragilização da saúde mental desses homens e mulheres, essa informação é corroborada pelo estudo promovido pelo Sindicato dos Policiais Civis do DF feito em 2023, o qual trouxe um pouco de luz ao assunto, destacando que 74% dos policiais civis têm ansiedade e depressão (TEIXEIRA, 2023). Outra matéria jornalística aponta que 13 mil policiais militares foram afastados do serviço por problemas relacionados à saúde mental em 5 anos (MARTINS, 2023).

Sobre possíveis tratamentos e prevenção, Conte *et. al.* (2012) destacaram que existem iniciativas de prevenção a esse tipo de violência no país (suicídio), no entanto, não foram localizadas ações ou referências de programas para prevenção do suicídio, não descartando a possibilidade de que possam existir tentativas locais nesse sentido, contudo, até o momento da confecção do artigo deles, não havia disponibilização ou divulgação de resultados ou avaliações. Corroborando essa informação, Gomes *et. al.* (2006) destacaram que programas comunitários de prevenção ao suicídio que acolhem usuários em suas equipes multidisciplinares, têm conseguido bons resultados.

Pesquisa elaborada pelo NISP (instituto Novas Ideias em Segurança Pública) trouxe alguns dados nacionais, acerca da saúde mental dos policiais. Foi disponibilizado um questionário à vários policiais das mais variadas instituições de todo o Brasil, tendo sido recebidas 2.882 respostas. Dessas, 1.442 foram de policiais militares, 823 de policiais civis, 248 de policiais penais, 165 de guardas municipais, 156 de policiais rodoviários federais, e, 45 de policiais federais (ANDREOTTI, 2023).

A pesquisa do NISP, apresentou um recorte estático, que corrobora com os demais estudos apresentados, tendo como destaques questões que envolvem o atendimento psicológico aos servidores, a convivência com colegas que aparentam ter problemas de saúde mental, fatores que possam pesar negativamente sobre a saúde mental e a condição de saúde em que o respondente se considera naquele momento. As principais respostas dos entrevistados, retiradas do estudo são:

- A sua instituição tem algum tipo de suporte psicológico ou de saúde mental? 59,2% responderam que sim.
- Você apresenta ou trabalha com alguém que apresenta sinais de problemas psiquiátricos ou psicológicos? 78,3% responderam que sim.
- Se você ou algum colega precisarem de ajuda psicológica, sabem a quem recorrer? 59,9% responderam que não.
- Você tem receio de sofrer alguma violência por parte de algum colega que sofra de problemas psicológicos? 70,3% responderam que sim.
- Como você considera a sua saúde mental hoje? 4,2% responderam péssima; 11,6% ruim; 34,7% regular; 35,4% boa e 14,1% muito boa.

A pesquisa também procurou relacionar “*possíveis causas para o adoecimento mental*”. Dessa forma, foram apresentados aos entrevistados itens para que eles pudessem marcar uma ou mais opções, assim, ganharam destaque, como as três causas principais de insatisfação no trabalho dos policiais a “*Remuneração insuficiente para vida digna, 74,5%*”; “*Risco de sofrer punições pelo exercício do dever legal, 72,6%*”; e, “*Falta de perspectiva em melhorar as condições de trabalho, 71,6%*”. Isso reporta ao que já foi estudado por Bezerra *et. al.*, (2013); Souza *et. al.*, (2022); e, Tavares *et. al.*, (2022), os quais indicaram que o alto nível de estresse, salários defasados, endividamento, falta de tempo para se exercitar, para ficar com a família, para o lazer de qualidade, desânimo com o trabalho, entre outros, podem ser precursores dessas situações.

Ainda no estudo do NISP foram compiladas respostas por estado e, para o Distrito Federal, as respostas dos policiais acompanharam a média nacional. Essa análise demonstrou a preocupação dos policiais do DF que participaram da entrevista, onde, cerca de 75% dos respondentes do DF, perceberam que existem colegas com sinais de problemas psicológicos. Seguindo a análise, será apresentado os números de policiais acometidos de doenças mentais (CID-F) referentes à Polícia Civil do Distrito Federal desde 2019, fornecidos pela Policlínica/PCDF.

No decorrer da revisão de literatura, primeiramente, identificou-se a baixa produção de materiais que tratassem somente das Polícias Cíveis do país, menos ainda da PCDF (SILVEIRA, 2016). No entanto, alguns trabalhos envolvendo outras forças policiais puderam ser utilizadas e, por similaridade das funções e atribuições, foi possível traçar um paralelo entre as descobertas dos autores e a realidade local da PCDF. Através dessa pesquisa bibliográfica o tema adoecimento mental dos policiais civis do Distrito Federal, deverá confrontar os achados dos

artigos já desenvolvidos, procurando estabelecer uma relação com os fatores que podem causar distúrbios psicossomáticos.

Os estudos já elaborados apontam que não é possível cravar uma única situação do dia a dia que tenha relação direta entre o trabalho executado pelos policiais e o adoecimento mental destes, contudo, é sabido que as várias tarefas hodiernas desses servidores tem impacto direto com desordens psicológicas (BEZERRA *et. al.*, 2013). Esteves & Gomes (2013) alertam que a estrutura de funcionamento das polícias pode favorecer a ocorrência de ansiedade, estresse e depressão, os quais são os principais preditores do adoecimento mental e de suicídios na categoria.

Turte-Cavadinha (2016), afirma que o trabalho executado por policiais pode ser inserido em um contexto interdisciplinar, abrangendo a psicologia do trabalho, saúde ocupacional, criminologia e políticas públicas. Assim, entende-se que as funções exercidas diariamente são únicas devido à natureza de alto risco, exposição frequente a eventos traumáticos e a constante necessidade de tomada de decisões rápidas e sob pressão. Agrega-se a tudo isso características como longas horas de trabalho, necessidade de trabalhar horas extras para complementar a renda, o estigma associado ao policial que busca de apoio psicológico, passando pela cultura organizacional que, muitas vezes, prioriza a resiliência e a força em detrimento do bem-estar psicológico.

Em uma instituição como a PCDF existem muitas funções executadas pelos policiais civis que demandam alto nível de conhecimento e empenho. Investigações complexas obrigam os servidores a cumprirem as mais variadas missões, tais como: campanhas, interceptação telefônica, entrevistas com autores, vítimas e testemunhas, acesso e leitura de documentos, monitoramento de imagens de câmeras de segurança, elaboração do inquérito policial, solicitação de medidas cautelares aos tribunais de justiça, preparação de operações para cumprir os mandados, etc. A quantidade de tarefas pode variar em cada investigação, mas, em geral tem o mesmo rito e um único policial pode estar envolvido em mais de uma dessas ações ao mesmo tempo, causando-lhe um nível de estafa mental bem acima do que poderia ser considerado normal.

Os artigos escolhidos para a revisão de literatura foram elencados por fornecerem dados importantes acerca do problema aqui apontado, porém, não tem conexão específica com o serviço executado por policiais civis do DF e o adoecimento mental destes. A totalidade dos estudos encontrados tratam de outras forças policiais (civis e militares) do Brasil, as quais, por

semelhança, prestam-se a desvelar o assunto e apontar possíveis soluções para o problema, ainda que de forma incipiente.

3.4- ADOECIMENTO MENTAL E O TRABALHO POLICIAL.

Em vários estudos, são demonstrados que a atividade profissional dos policiais tem relação direta com o adoecimento mental, o alto nível de estresse, cansaço emocional e físico, agressividade, impulsividade, insônia, etc., são fatores bastantes presentes no dia a dia dos servidores (OLIVEIRA & SANTOS, 2010; MINAYO *et. al.*, 2011).

Oliveira & Santos (2010) elaboraram um estudo a partir da entrevista de 24 policiais militares do estado de São Paulo, junto a eles foram exploradas questões ligadas ao estresse, cansaço emocional, impulsividade, agressividade no trabalho, satisfação profissional e ideias suicidas. Destacaram que o cenário enfrentado pelos policiais impõe desafios constantes, os quais devem operar em situação de perigo e confronto, tais fatores são contribuintes para o desgaste físico e mental. Seguem informando que, mesmo em uma amostra relativamente pequena, foram identificados altos índices de cansaço emocional, estresse, insatisfação profissional, impulsividade e pensamentos suicidas. Em suma, os relatos dos entrevistados destacaram que o trabalho policial está ligado às altas demandas da atividade, a periculosidade dos ambientes onde devem atuar, a falta de recursos humanos e materiais e o contato direto com situações de violência e estes, por sua vez, são parte significativa das causas dos distúrbios psíquicos que acometem os policiais.

Para Minayo *et. al.* (2011) problemas como a obesidade, falta de atividades físicas, dores no corpo, problemas de visão, entre outras patologias estão relacionadas com as condições de trabalho e às atividades exercidas pelos policiais. Esses problemas físicos reverberam nas condições psicológicas do grupo, com o aumento do estresse. Ficou evidente que as situações de risco, inerentes ao trabalho desenvolvido por policiais, tem impacto significativo na saúde desses agentes. Foram conclusivos ao relacionar que o excesso de trabalho, pouco tempo para descanso, salários baixos e ambiente laboral precário contribuem para o adoecimento mental dos policiais.

Assim como as condições de trabalho, outros fatores aparecem como precursores das ocorrências de adoecimento mental e suicídio, tais como: questões financeiras, impacto das responsabilidades familiares, alcoolismo, depressão (PEREIRA *et. al.*, 2020; SILVA & VIEIRA, 2008).

O trabalho apresentado por Pereira *et. al.* (2020) que analisou 14 casos de suicídios de policiais militares em Santa Catarina entre os anos de 2012 e 2016, trouxe à tona não somente as questões relativas ao trabalho policial, apontou também para aspectos relevantes no perfil sócio operacional dos envolvidos. Foram identificados dentre os casos que todos eram homens entre 40 e 47 anos e apresentavam parte do salário comprometido por dívidas financeiras. A maioria dos casos se deu entre os soldados⁵; outro ponto significativo tem relação à baixa escolaridade das vítimas. O artigo revelou, portanto, que a classe de praças e as condições de trabalho ruins tem significativa relação com os acontecimentos, ressaltando a importância de serem adotadas medidas preventivas para cuidar da saúde mental dos policiais militares, envolvendo nessas medidas os familiares dos servidores.

Silva & Vieira (2008) identificaram que a própria estrutura da polícia, baseada nos pilares de disciplina e hierarquia, afetam diretamente a saúde mental dos policiais. Destacaram o enfrentamento dos policiais frente às forças advindas dessa rígida organização do seu trabalho, retratando a relação como precária, somando-se à visão negativa da sociedade contemporânea, o que causa implicações negativas à saúde da tropa.

Esteves & Gomes (2013) conseguiram identificar que variáveis pessoais e profissionais, como estado civil, prática de exercícios físicos, o contexto laboral, a carga horária e até mesmo a categoria profissional, têm significância na diminuição ou aumento do estresse ocupacional, reiterando a complexidade da relação entre as condições de trabalho, as percepções do indivíduo e os fortes impactos na saúde mental dos profissionais de segurança. Os autores seguem a pesquisa destacando que a avaliação cognitiva dos policiais se fez importante pois demonstrou que o aumento do estresse e da síndrome de *burnout* tem relação com as percepções de ameaça pelas quais tais servidores passam diariamente, enquanto as percepções de desafio acabam por atenuar tais sintomas. Outro ponto importante é que fatores ligados à vida pessoal como estado civil e o hábito de fazer exercícios também tem estreita relação com a saúde mental desses profissionais.

A pesquisa desenvolvida por Maia *et. al.* (2011), envolveu uma amostra transversal de 212 (duzentos e doze) policiais em atividade que responderam questionários sobre traços afetivos, exposição a incidentes críticos, dissociações e distúrbios peritraumáticos⁶ e sintomas

⁵ Primeira das classes na hierarquia militar, com o salário mais baixo da carreira (inicial).

⁶ Distúrbios Peritraumáticos, também conhecidos como dissociação peritraumática, referem-se a uma resposta dissociativa que ocorre durante ou imediatamente após um evento traumático. Caracteriza-se pela sensação de estar separado do corpo e da realidade, como se a pessoa estivesse observando o evento de fora (<https://www.provepsico.com.br/wp-content/uploads/2022/09/deMello-Peritraumatic-2022.pdf>).

de TEPT. Em seus resultados, obtidos após uma análise de regressão linear hierárquica, foi revelado que o afeto negativo, duração do trabalho, frequência de exposição a incidentes críticos, falta de apoio social e dissociação peritraumática são preditores significativos da severidade dos sintomas de TEPT, explicando 55% (cinquenta e cinco por cento) das variações nos sintomas. O estudo ainda sugere que sejam considerados a personalidade e a condição de ajustes emocionais por parte dos policiais, ligando indivíduos que têm altos níveis de afeto negativo e uma menor capacidade de utilizar formas e mecanismos de extinção do medo, o que, invariavelmente os torna mais propensos ao desenvolver e persistir com os sintomas do TEPT. Assim sendo, avaliaram que a dissociação peritraumática é um forte fator de risco, sendo fundamental intervir nesse ponto como forma de prevenir o transtorno do estresse pós traumático nessa categoria de profissionais.

Em complemento, Oliveira & Bardagi (2010), perceberam que existe alta correlação dos sintomas físicos e psicológicos na manifestação do estresse, o que poderia indicar o quanto a categoria policial é vulnerável ao sofrimento psíquico e distúrbios mentais.

O problema do adoecimento mental dos policiais, de tão grave, ainda revela situações curiosas e inusitadas. Estudo promovido por Urbani *et. al.* (2019) destaca que o desenvolvimento da Síndrome da Disfunção da Articulação Temporomandibular (DTM) está relacionada e “*é agravada pelos mais diversos fatores inerentes à profissão policial*”, tais como, pressão psicológica, sobrecarga laboral, excesso de responsabilidades, risco de vida, etc. Esses fatores são fonte de estresse e deterioram a saúde física e mental dos trabalhadores, não obstante isso, tem relação muito próxima à DTM. Os autores reforçam a necessidade de uma abordagem multidisciplinar aos portadores dessa síndrome, abrangendo principalmente a complexidade e a variedade de fatores contribuintes à disfunção, principalmente no ambiente policial.

Por sua vez, Nascimento *et. al.* (2023) investigaram o impacto da prática do serviço policial no bem-estar psicológico destes. No entanto os autores revelaram a dificuldade dos servidores em separar a vida profissional da vida pessoal, o excesso de situações estressantes e de alto risco os levaram a apontar o termo *not being at ease*⁷ como algo natural, buscando demonstrar que o sofrimento psicológico é uma realidade alarmante para os policiais, os quais tem muita dificuldade de se desconectar do trabalho. Muitos agentes não conseguem fazer a separação da vida pessoal e profissional. O impacto e o desgaste emocional são, portanto, muito

⁷ *Not Being At Ease* - Não estar à vontade (Nascimento *et. al.*, 2023).

mais significativos pois o policial chega a um estado de não conseguir relaxar, permanecendo em condição de alerta permanente, até mesmo em seus períodos de folga.

Segundo Campos (2011), o assédio moral também se apresenta como um grave problema, ainda mais dentro de uma corporação policial. Essa conduta abusiva agride a dignidade e a integridade psíquica e física dos profissionais e, no longo prazo, pode contribuir com o adoecimento mental. Assim, passa-se à análise de alguns fatores que tem relação com a formação do estresse nas categorias policiais.

3.5- PRINCIPAIS FATORES ESTRESSORES DO DIA A DIA POLICIAL

A profissão policial não é valorizada como deveria e um melhor reconhecimento da categoria é propagado aos poucos no Brasil, tendo um crescimento lento e gradativo (FUTINO & DELDUQUE, 2020). As autoras ainda apontam que estudos sobre o adoecimento mental nas polícias estão bastante segmentados e não abordam o tema de maneira sistêmica, de forma que pudessem propiciar investigações mais profundas e integrativas.

As mesmas autoras reiteraram que a análise e pesquisa acerca dos fatores do adoecimento mental dos trabalhadores policiais é insipiente, revelando que a maioria dos estudos envolvem os servidores policiais militares do país. Apesar de existirem diretrizes nacionais e internacionais para promover a defesa dos direitos dos policiais, principalmente nos cuidados para com a saúde mental, alguns desafios se insurgem, dificultando uma abordagem mais ampla e sistêmica do problema. Dessa forma, não se conseguem resultados significativos que possam embasar políticas públicas efetivas, com vistas a proteção e valorização da saúde mental dos trabalhadores da segurança pública do país.

Pelegrini *et. al.* (2018), apontam que os policiais têm percepção regular para suas condições de trabalho, indicando os piores aspectos para suas remunerações e benefícios, bem como para as condições físicas do ambiente de trabalho. Afirmaram ainda, que há correlação negativa entre as condições de trabalho e o estresse ocupacional, as quais sugerem que essas percepções negativas estão associadas a níveis mais elevados de estresse.

No artigo elaborado por Pelegrini *et. al.* (2018) foi abordada a análise da percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e policiais militares das unidades operacionais especializadas em Santa Catarina. Participaram da pesquisa 84 policiais (de ambas as corporações), com idade média de 34,7 anos, todos atuantes nas unidades especiais. Os resultados corroboram com vários estudos, indicando que as condições de trabalho têm estreita

relação com o estresse ocupacional. Também apontaram que a baixa remuneração, falta de benefícios e o ambiente físico do trabalho, apresentam correlação negativa em relação à saúde mental dos servidores. Não obstante esses policiais serem treinados mais constantemente, devido às características específicas das unidades operacionais e estarem mais bem preparados para confrontos do dia a dia policial, eles não estão imunes a serem acometidos de problemas relativos à saúde mental. Assim, reforça-se a necessidade do emprego de medidas preventivas para lidar com o alto desgaste e estresse ocupacional dos operadores policiais.

Um estudo envolvendo as mulheres policiais, desenvolvido por Bezerra, Minayo & Constantino (2013), buscou a percepção destas sobre a diferença de gênero da profissão, estresse ocupacional, problemas de saúde e melhores práticas para tentar mitigar os problemas. Foram identificados como principais fatores estressores a organização do trabalho e sua gestão, jogando luz nas questões envolvendo gênero e assédio, os quais trazem intenso sofrimento psíquico, principalmente às mulheres que ocupam cargos de comando. Ressaltaram ainda que as atividades operacionais também têm relação com o recrudescimento da saúde mental das policiais, devido ao seu alto nível de estresse. Destacaram que a presença feminina na polícia militar já vem de um bom tempo, no entanto, a estrutura organizacional e de gerenciamento ainda predomina a perspectiva masculina, o que demonstraria a importância de uma abordagem e cuidados da saúde mental de maneira preventiva e mais inclusiva.

Como forma de garantir mais eficiência e produtividade do trabalho dos policiais, Franco (2023) ensina que a saúde mental dos destes deve ser priorizada, correlacionando essa condição ao desenvolvimento sustentável do país. Destacou como preocupante a elevação dos casos de suicídio entre policiais, questionou a eficácia dos programas voltados à saúde mental, indicando que um ambiente de trabalho equilibrado não apenas preservaria recursos, mas também promoveria qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. O autor trouxe a informação que a taxa de suicídio entre policiais no estado de São Paulo é considerada epidêmica, pois é significativamente maior que média da população, alertando que o aumento dos índices de criminalidade está relacionado ao adoecimento mental dos policiais, e, por consequência aumento dos índices de depressão e suicídios. Conclui que manter o desempenho sustentável do Brasil e reduzir a criminalidade dependerá da priorização dos cuidados da saúde mental dos profissionais da segurança pública.

Lima, Blank & Menegon (2015) elaboraram estudo visando estimar a prevalência de Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) em policiais militares da região de Florianópolis/SC, os quais já estavam de licença para tratamento de saúde. Foram exploradas as principais características demográficas e ocupacionais dos policiais afastados, através de um

desenho transversal descritivo e dos dados coletados com a junta médica oficial. O artigo indicou que a maioria dos policiais eram homens, predominantemente na faixa etária compreendida entre 40 e 49 anos, com tempo de serviço entre 16 a 20 anos. A hierarquia da corporação foi um dos fatores mais significativos para a prevalência de TMC, sugerindo, ainda, maior risco entre oficiais do que praças. Este ponto em específico contrapõe os achados do estudo de Pereira *et al.* (2020), que apresentam a classe de praças como sendo a mais suscetível ao adoecimento mental. Mesmo assim, a convergência entre os artigos se encontra no fato deles destacarem que a hierarquia militar é um grande problema e que existe a necessidade de ações específicas focadas na saúde mental dos policiais.

Por sua vez Pinto, Figueiredo & Souza (2013) apresentaram artigo que investigou o sofrimento psíquico e a relação de trabalho dos policiais civis do Rio de Janeiro. Foi aplicado o teste SRQ-20⁸, e, através de uma análise de regressão logística foram identificados fatores associados ao sofrimento psíquico. Apontaram a satisfação com a capacidade de reagir a situações difíceis, a execução do trabalho para o qual foram treinados, experiências de vitimização⁹, localização da unidade de trabalho, problemas no sistema nervoso e a satisfação com a vida em geral. O estudo também desvelou a complexa relação entre as condições de trabalho e o impacto na saúde mental dos policiais. Assim, as descobertas sugerem que as condições objetivas de trabalho, aspectos relacionados ao bem-estar pessoal e capacidade de lidar com situações difíceis são fundamentais à manutenção da saúde mental dos servidores.

4- REDUZINDO O ESTRESSE DOS POLICIAIS.

Hans Selye se destacou como um dos primeiros estudiosos que tentaram definir estresse pelo viés de sua dimensão biológica. Pelo entendimento de Selye (1959), o estresse pode ser considerado como parte inerente de todas as doenças. O estresse produz algumas mudanças na composição química e estrutura do corpo que podem ser medidas e observadas. Assim, ele vai se manifestar através da Síndrome Geral de Adaptação (SGA). A SGA foi dividida em: atrofia dos órgãos linfáticos, dilatação do córtex da suprarrenal, úlceras gastrointestinais, perda de peso entre outras alterações.

⁸ SRQ-20 - *Self Reporting Questionnaire* - Teste que avalia o sofrimento mental.

⁹ Os autores indicam que a vitimização acontece nos momentos que o policial passa por situações de troca de tiros, em confrontos com transgressores, ou inclusive, situações de morte no local de atuação.

Seguindo esse entendimento, Hans Selye, afirmou que a SGA se apresenta como um conjunto de respostas inespecíficas a uma lesão, desenvolvendo-se em três fases: 1) **Reação de Alarme**, características de manifestações agudas; 2) **Resistência**, nesta fase, as manifestações agudas tendem a desaparecer e; 3) **Exaustão**, nesta fase tem-se a volta das reações da fase de alarme e pode acontecer o colapso do organismo. Destacou que o estresse pode aparecer em quaisquer das fases, no entanto, as manifestações surgem de formas diferentes ao longo do tempo. Para além, não se faz necessário o desenvolvimento das três fases para haver a ocorrência da síndrome, vez que somente as ocorrências de estresse mais graves levarão à terceira fase, de exaustão, que pode levar também à morte (SELYE, 1959).

O estresse é problema comum entre os agentes de segurança, diversos são os fatores que podem ser elencados como desencadeadores, como por exemplo: ambiente de trabalho perigoso e/ou insalubre; longas jornadas; remuneração baixa; exposição à violência; risco de vida; etc. (OLIVEIRA & SANTOS, 2010 e PEREIRA *et. al.*, 2020).

No estudo de Guimarães, Neto & Massuda Júnior (2020) foi relatado que uma intervenção integrada em saúde mental aplicada aos policiais rodoviários federais lotados em Campo Grande/MS, trouxe resultados satisfatórios, que sugerem a efetividade desse tipo de ação. Não é de hoje que os transtornos mentais relacionados ao trabalho têm significativo impacto econômico e social. Nas profissões de alto estresse, como a de policial, adotar estratégias específicas para intervenção em saúde mental são essenciais para prevenir e mitigar transtornos psicológicos e comportamentais nesse público. São consideradas ações que contribuirão para diminuir o *absenteísmo*¹⁰ e o *presenteísmo*¹¹ no âmbito do trabalho. Esse estudo consistiu numa abordagem integrada que inclui atendimento psicológico individual e em grupo, instalação de um plantão psicológico, somados a ações de educação psicológica com foco na melhoria da saúde mental e prevenção de transtornos. Com essas ações os pesquisadores puderam observar e relatar uma significativa redução nos casos de afastamentos dos policiais relacionados ao CID-F¹² (transtornos mentais), em pouco tempo após a implementação do programa.

¹⁰ Guimarães, Neto & Massuda Júnior (2020), definiram o **absenteísmo** como falta de assiduidade ou pontualidade no trabalho ou no cumprimento dos deveres e obrigações.

¹¹ Guimarães, Neto & Massuda Júnior (2020) definiram o **presenteísmo** como um comportamento em que a pessoa está no trabalho, fisicamente, mas, mas não consegue executar e se dedicar às tarefas que lhe são inerentes.

¹² CID-F - Código de Classificação Internacional de Doenças (CID). O código "F", se refere a transtornos mentais e comportamentais.

Tavares *et. al.* (2022) fez sua análise entre o contexto de trabalho e a presença de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) em policiais civis da cidade de Porto Alegre. Fatores como ritmo acelerado de trabalho, servidores em tratamento de saúde e tratamento psicológico estariam associados à maior prevalência de DPM. Em contraponto, foi destacado que maior motivação para com o trabalho, dormir mais de oito horas por dia, fazer uma alimentação saudável e ter filhos tiveram associação à menor prevalência de DPM, indicando, portanto, que melhorias nas condições de trabalho e suporte psicológico aos profissionais pode efetivamente prevenir o aparecimento de doenças mentais no grupo. Os autores utilizaram na elaboração do artigo os dados gerais, informações de trabalho e estilo de vida dos servidores. Participaram 237 policiais sendo identificada a prevalência de DPM em 26,2% da amostra. Na sequência, os autores identificaram que ter uma alimentação saudável, dormir mais de 8 horas por dia, ter filhos e ter maior motivação no trabalho são fatores que estão diretamente ligados à menor prevalência de DPM. Novamente, em sua conclusão, eles reforçam a importância de propor melhorias nas condições de trabalho e oferecimento de suporte psicológico especializado aos policiais civis, objetivando a melhoria da condição psicológica de todos.

Dias, Siqueira & Ferreira (2023) destacaram que os transtornos mentais e comportamentais são a terceira maior causa de incapacidade para o trabalho policial. Seus estudos utilizaram a sociologia clínica e a análise de discurso crítica para investigarem o contexto de trabalho da Polícia Militar do Distrito Federal. Ao avaliarem as entrevistas coletadas e outras observações, foi possível revelar conflitos interpessoais, fragilização dos laços sociais e abusos de poder, os quais figuraram como principais desencadeadores do adoecimento psíquico. Os autores argumentam que a atenção à saúde mental dos policiais deve integrar a agenda de governo e das corporações, promovendo iniciativas de proteção desses profissionais e garantindo a segurança da sociedade.

Baierle & Merlo (2008) abordaram a subjetividade e a saúde mental dos trabalhadores da Guarda Municipal de Porto Alegre/RS, analisaram a repercussão da reestruturação organizacional daquele órgão, buscando paralelo na relação entre “sofrimento / saúde mental” desses guardas. Identificaram que transformações no local de trabalho têm relação direta com a subjetividade e saúde mental dos servidores. Destacaram também que o sofrimento mental tem relação com fatores como: longas jornadas de trabalho e responsabilidades do cargo. Indicaram que estratégias defensivas como: reconhecimento da atuação dos policiais por parte da sociedade e cooperação entre os próprios pares atenuam parte do sofrimento, reforçando ainda mais que o suporte social - ou reconhecimento público - é um fator mitigador do estresse e pode ser considerado promotor da saúde mental.

Estudo apresentado por Castro & Cruz (2015) apresentou uma pesquisa exploratória e descritiva envolvendo policiais civis afastados do trabalho por transtorno mental e comportamental (TMC) em Santa Catarina/RS, entre 2009 e 2010. Foram compilados os dados de prevalência de afastamentos por TMC, a percepção do suporte familiar e suas dimensões. Os autores relataram clara percepção de que existe relação do suporte social e familiar com a redução do sofrimento psíquico dos policiais. Repisaram que a dedicação extrema e exclusiva, a exposição à violência e a grande sobrecarga de trabalho se somam aos fatores contribuintes para o adoecimento mental desses servidores, portanto, desenvolver estratégias como o apoio social são fundamentais na prevenção e na recuperação da saúde mental dos policiais. Estudo proposto por Campos (2001) reforça a relevância do suporte social na promoção de saúde mental dos trabalhadores. Ainda para Castro & Cruz (2015) ficou evidenciado que o incentivo aos relacionamentos interpessoais saudáveis nos ambientes familiar e social, são considerados ferramentas essenciais para a manutenção do bem estar e controle dos sintomas de transtornos mentais.

O trabalho policial é intrinsecamente ligado a longas jornadas, analisando esse fator conjuntamente ou não com demais fatores estressores, Minayo *et. al.* (2011); Urbani *et. al.* (2019) e Silva & Sehnem (2018) apontaram-no como razão do desenvolvimento de doenças físicas e psíquicas. Urbani *et. al.* (2019) ligou diretamente o desenvolvimento da disfunção temporomandibular (DTM) à essa situação. Já Silva & Sehnem (2018) aplicaram o Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG)¹³, à um público formado por policiais e obteve resultado semelhante, apontando a estreita relação dos altos níveis de estresse à carga horária intensa. Por fim, extensas jornadas têm relação com dores crônicas e prevalência de obesidade em policiais civis e militares do Rio de Janeiro, conforme afirmaram Minayo *et. al.* (2011).

O alto nível de sofrimento psíquico por parte dos servidores das polícias é relatado nos estudos de Lorenz (2018); Souza *et. al.* (2022) e Minayo *et. al.* (2011). Neles, as condições de trabalho e de saúde, a exigência de sacrifícios pessoais importantes e a influência de fatores organizacionais são destaques para a deterioração da saúde mental dos policiais.

Os estudos também revelaram o que parece óbvio ao público policial, o quanto é alta exposição aos eventos traumáticos e violência cotidiana. Maia *et. al.* (2011) buscaram identificar os preditores de sintomas dos Transtornos de Estresse Pós Traumático (TEPT) nos policiais,

¹³ O *Questionário de Saúde Geral de Goldberg* (QSG) é um instrumento que avalia a saúde mental de adultos. Ele foi desenvolvido por Goldberg em 1972. Este instrumento avalia a presença ou ausência de sintomas ou distúrbios clínicos não-psicóticos; permite avaliar a severidade de distúrbios psiquiátricos não-psicóticos; e, identifica casos potenciais de distúrbios psiquiátricos na população geral.

como resultado, identificaram que a exposição à tais situações têm alta significância na explicação de problemas mentais. Somando à essa análise Minayo *et. al.* (2011); Silva & Silveira (2008) e Silva & Sehnem (2018), ratificam que os policiais expostos aos eventos traumáticos têm aumentada sua predisposição ao estresse.

Também foram relatadas questões ligadas à falta de apoio institucional. Nas pesquisas analisadas, os policiais se ressentem de não perceberem ou mesmo não receberem apoio institucional nas suas necessidades de suporte psicológico. Para os autores, ficou claro que tal situação soma-se ao sofrimento que o profissional já está sentindo e essa potencialização de resultados pode ter um desdobramento de consequências muito ruins, tanto para a moral da categoria quanto para o próprio agente vitimizado (Minayo *et. al.*, 2011; Pereira *et. al.*, 2020; Silva & Vieira, 2008; Bezerra *et. al.*, 2013; Tavares *et. al.*, 2022).

Na visão de Franco (2023) e Silva & Sehnem (2018) há correlação direta entre o adoecimento mental dos policiais e o aumento da criminalidade, para além, ainda apontam que há falta de intervenções regulares nos cuidados com a saúde mental dos agentes denotando, portanto, a falta de apoio psicológico aos profissionais dentro das instituições.

Baierle & Merlo (2008) indicaram alguns pontos que podem ser utilizados como estratégias na mitigação do adoecimento mental entre profissionais da segurança pública, dentre os principais, indicou a cooperação mútua entre os agentes e o reconhecimento social que deve ser buscado pelas próprias instituições, com ações proativas de divulgação do trabalho dos policiais na mídia e a apresentação dos pontos positivos da corporação à sociedade. Mesmo não sendo fator principal, Baierle & Merlo (2008) alertaram que a falta de reconhecimento da sociedade tem significância na saúde mental dos profissionais, os policiais se mostram desanimados e se afastam da ideia de que o trabalho que realizam tem grande importância à manutenção da paz e tranquilidade do povo.

O estudo de Bezerra *et. al.* (2013), diretamente ligado ao estresse ocupacional das mulheres policiais, revelou que essas profissionais têm maiores dificuldades quando se refere ao equilíbrio da vida profissional e os afazeres profissionais, já que, em geral, essas agentes também desenvolvem seu trabalho em dupla jornada, parte em casa, parte na instituição policial. Corroborando com os relatos de cansaço mental, estudo de Oliveira & Santos (2010) apontou que mais de 85% dos entrevistados na pesquisa desenvolvida relataram esgotamento ou cansaço emocional, enfatizando as mesmas dificuldades em conciliar a vida pessoal com o trabalho.

Uma questão que tem sido recorrente nos últimos anos nos noticiários, tem relação com o suicídio de policiais. Mesmo havendo uma possível subnotificação dos casos (MARTINS & DA CRUZ, 2022), alguns autores mostraram essa situação preocupante como forma de alerta aos dirigentes, cerca de 20% (vinte por cento) daqueles agentes entrevistados nas pesquisas revelaram ter tido pensamentos suicidas (OLIVEIRA & SANTOS, 2010 e PEREIRA *et. al.*, 2020).

Quanto a doenças que tenham relação com a atividade policial, Minayo (2011); Oliveira & Santos (2010) e Urbani *et. al.* (2019), revelaram que as condições estressantes do trabalho, alta pressão por resultados, tensão constante e poucos momentos para descanso têm relação significativa com a obesidade, dores crônicas e consequente desgaste físico. O servidor policial, ao completar sua carreira, traz consigo um enorme fardo, muitas vezes ligado à sua saúde geral que ficou bastante prejudicada por tudo quanto passou quando ainda estava na ativa (Minayo, 2011).

Os artigos elaborados por Pereira *et. al.* (2020) e Maia *et. al.* (2011), revelam um ponto crucial: o endividamento dos policiais tem relação direta com o adoecimento mental. Pereira *et. al.* (2020) apontou que dentre as principais causas para o cometimento de suicídios, o endividamento financeiro das vítimas está em destaque. Esses agentes, provavelmente assolados pelas condições estressantes do trabalho, ainda tentavam administrar mais esse problema relacionado à parte das finanças pessoais, o que os levou, infelizmente, à tomada da mais difícil das decisões que é tirar a própria vida. Franco (2023) ainda reforçou que uma política de “baixos salários”, ou seja, uma carreira pouco atrativa, está diretamente conectada às outras fontes estressoras da profissão e desencadeiam, também, o adoecimento crônico de grande parte desses trabalhadores.

O estudo de Esteves & Gomes (2013), utilizaram-se do Modelo de Avaliação de Lazarus¹⁴, no qual os policiais retrataram como estressantes a maioria das situações hodiernas de trabalho. Foram claramente identificados maiores níveis de depressão e da síndrome de *burnout* entre os entrevistados, tendo como sugestão para minimizar o problema o aumento do

¹⁴ O Modelo de Avaliação de Lazarus é um modelo de *coping* que ajuda a compreender como as pessoas lidam com situações estressantes. Foi desenvolvido por Richard Lazarus e Susan Folkman em 1984. São componentes do modelo: 1) **Avaliação primária**: A primeira reação a um evento estressante, em que o indivíduo avalia se é uma ameaça, um desafio ou uma perda; 2) **Avaliação secundária**: O indivíduo avalia os seus recursos e a sua capacidade de lidar com o evento; e, 3) **Resposta de coping**: A reação do indivíduo ao evento, que pode ser emocional, cognitiva ou comportamental.

nível de suporte por parte das corporações, bem como treinamento para que se possa tornar o policial mais resiliente.

Lorenz (2018) aponta que a maioria dos policiais, ao serem perguntados, descreveriam suas profissões como uma missão altruísta e exigente, que os obriga a praticarem sacrifícios pessoais significativos. É possível ir além, já que há a afirmação que o papel do agente, na forma que foi idealizado - com demandas institucionais rígidas - contribui grandemente para o isolamento social e emocional de seus policiais, exacerbando os impactos negativos sobre sua saúde mental (LORENZ, 2018 e TAVARES *et. al.*, 2022).

4.1- PROGRAMAS DE APOIO PSICOLÓGICO AOS TRABALHADORES

Os policiais civis, assim como outros profissionais da segurança pública, estão expostos a fatores de risco ocupacionais que podem comprometer sua saúde mental, como situações de violência, risco constante de morte, pressões ambientais e sociais, entre outros. Diante disso, é fundamental implementar estratégias eficazes para promover e proteger a saúde mental desses profissionais.

Alguns projetos para cuidar da saúde mental dos trabalhadores policiais foram implementados no Brasil, com maior ou menor índice de sucesso, os quais podem indicar caminhos a serem seguidos na construção e adaptação para a realidade da PCDF, quais sejam:

1: Intervenção Integrada em Saúde Mental do Trabalhador (GUIMARÃES et. al., 2020):

Descrição do Projeto: Foi implementado no estado de Campo Grande (MS), especificamente com policiais rodoviários federais. A intervenção adotou uma abordagem integrada preconizada pela Organização Mundial da Saúde, atuando em três níveis:

- a) **Intervenção individual:** Ações relacionadas à psicoeducação e gestão dos primeiros socorros psicológicos (plantão psicológico), além de um sistema de atenção ao trabalhador.
- b) **Intervenção grupal:** Centrada nos sistemas sociais, incluindo treinamentos, palestras e grupos.
- c) **Intervenção organizacional:** Voltada ao ambiente de trabalho, como consultorias relacionadas ao cotidiano, organização e contexto do trabalho.

Os resultados obtidos foram descritos no artigo "Intervenção integrada em saúde mental do trabalhador em uma corporação policial de Campo Grande (MS)", onde se destacam as seguintes contribuições:

- Redução do número de afastamentos por transtorno mental;
- Redução dos dias de afastamento do trabalho, absenteísmo menor;
- Foi proporcionado um momento de escuta, aprendizado e pertencimento aos trabalhadores policiais.

Este modelo poderia ser adaptado à realidade da PCDF, da seguinte forma:

- Estabelecimento de parcerias com universidades locais para implementação de um programa similar;
- Criação de um ambulatório de saúde mental específico para os policiais civis;
- Implementação de plantões psicológicos nas delegacias;
- Desenvolvimento de ações psicoeducativas adaptadas ao contexto da PCDF.

2: Programa de Atendimento Psicológico e Psiquiátrico do GT Saúde Mental dos Agentes de Segurança Pública (LOPES & SHAAT, 2024)

Descrição do Projeto: Foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Pública do Ministério Público do Trabalho (MPT), através de acordos de cooperação técnica com instituições como a Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus, mantenedora do Hospital São Francisco na Providência de Deus (HSF), e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Esse programa ofereceu:

- a) Atendimento de emergência psiquiátrica e consultas ambulatoriais em psicologia e psiquiatria;
- b) Tratamento contra dependência química (álcool e drogas);
- c) Atendimento via telemedicina para ampliar o acesso aos profissionais lotados em áreas mais distantes;
- d) Inclusão de familiares (cônjuges/companheiros e filhos adolescentes) no atendimento.

Quanto aos resultados obtidos, o documento do MPT, afirma que os resultados da parceria foram bastante positivos, e as corporações de segurança pública conveniadas relataram o seguinte:

- Cessação ou diminuição de demandas reprimidas ocasionadas pela insuficiência de profissionais de saúde mental em seus quadros;
- Maior possibilidade de promover ações de prevenção relacionadas à saúde mental;
- Melhor capacidade de atender situações urgentes reveladas pelas ações de prevenção.

Para aplicar à realidade dos policiais civis do Distrito Federal, poderiam ser utilizadas as seguintes estratégias:

- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica com hospitais e universidades do DF;
- Implementação de um sistema de atendimento que inclua os familiares dos policiais;
- Desenvolvimento de um serviço de telemedicina para atendimento psicológico e psiquiátrico;
- Criação de um fluxo de encaminhamento para casos de emergência psiquiátrica;
- Realização de um diagnóstico específico sobre penosidade no trabalho dos policiais civis do DF;
- Desenvolvimento de estratégias defensivas adaptadas ao contexto local;
- Implementação de um sistema de monitoramento contínuo dos níveis de estresse e outros indicadores de saúde mental;
- Criação de intervenções específicas para os setores identificados como mais críticos.

3: Programa de Prevenção e Posvenção¹⁵ do Suicídio

¹⁵ *Posvenção / Postvention* - termo proposto por Edwin Shneidman, o foco principal é promover ações que se ocupam dos enlutados após o suicídio de uma pessoa próxima. <https://jornal.usp.br/artigos/posvencao-uma-intervencao-dolorida-porem-necessaria/>.

Descrição do Projeto: Este programa foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio (IPPES) em parceria com o MPT, está em funcionamento e oferece:

- a) Palestras sobre os temas específicos relativos ao suicídio e saúde mental dos policiais;
- b) Rodas de conversa sobre mitos e verdades relacionados ao suicídio;
- c) Rodas de conversas sobre suicídio, luto e *posvenção*¹⁶;
- d) Oficinas e cursos de formação de agentes de prevenção;
- e) Cursos para profissionais de saúde das corporações;
- f) Plantões semanais de uma equipe de psicólogos e assistentes sociais nas corporações.

Embora o documento não tenha apresentado resultados quantitativos específicos, há menção de que a parceria caminha bem, mesmo encontrando dificuldades junto às corporações para a divulgação e adesão às ações propostas.

Este modelo poderia ser utilizado junto à Polícia Civil do DF através de:

- Implementação de um programa específico de prevenção ao suicídio;
- Capacitação de policiais para atuarem como agentes de prevenção;
- Criação de um espaço seguro para discussão sobre saúde mental;
- Desenvolvimento de estratégias para reduzir o estigma associado à busca por ajuda psicológica;

Com base nos projetos analisados, recomenda-se a implementação de uma abordagem integrada que combine elementos dos diferentes programas, considerando as especificidades da Polícia Civil do DF, sugerindo-se seguir as seguintes etapas:

I) Diagnóstico Inicial:

- Realizar um levantamento epidemiológico e de demandas específicas da PCDF;
- Aplicar questionários para avaliação do nível de penosidade no trabalho;
- Identificar os setores e funções com maior risco para problemas de saúde mental.

¹⁶ *Idem referência anterior.*

II) Estruturação de Serviços de Atendimento:

- Estabelecer parcerias com universidades e hospitais do DF;
- Criar um ambulatório específico para atendimento em saúde mental;
- Implementar plantões psicológicos nas delegacias;
- Desenvolver um sistema de teleatendimento e telemonitoramento.

III) Ações Preventivas:

- Realizar palestras e rodas de conversa sobre saúde mental;
- Oferecer treinamentos em gestão do estresse e resiliência;
- Implementar grupos de apoio entre pares;
- Desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância da saúde mental.

IV) Intervenções Organizacionais:

- Revisar processos de trabalho que possam contribuir para o adoecimento mental;
- Implementar mudanças na organização do trabalho para reduzir fatores estressores;
- Criar espaços de escuta e acolhimento dentro da instituição;
- Desenvolver políticas institucionais de valorização profissional.

V) Inclusão dos Familiares:

- Oferecer atendimento psicológico e psiquiátrico também para familiares;
- Realizar atividades educativas com as famílias;
- Criar grupos de apoio para cônjuges e filhos;
- Desenvolver material informativo específico para as famílias.

VI) Monitoramento e Avaliação:

- Estabelecer indicadores para avaliar a efetividade das intervenções;
- Realizar avaliações periódicas do programa;
- Ajustar as estratégias com base nos resultados obtidos;
- Documentar e divulgar os resultados para fortalecer o programa.

5- MÉTODO E RESULTADOS

Os dados utilizados foram pela Departamento de Gestão de Pessoas (DGP/PCDF) e da Policlínica da Polícia Civil do Distrito Federal. Eles se referem ao quantitativo de servidores públicos da PCDF e a afastamentos relacionados a problemas associados à saúde mental desses servidores durante o período de 2019 a 2023.

Em dezembro de 2023, a PCDF estava com o quadro de servidores abaixo do autorizado, com um percentual de ocupação em torno de 41,62% dos cargos. Do total de 8.969 cargos, apenas 3.733 estão ocupados, estando disponíveis 5.213 posições em aberto, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Quantitativo de cargos da PCDF.

 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS SEÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO - DICAD				
QUANTITATIVO GENÉRICO DE CARGOS EFETIVOS DA CARREIRA POLICIAL DATA: 01 DE DEZEMBRO DE 2023				
Cargos	Número de vagas			% (OCUPAÇÃO)
	aprovadas	ocupadas	disponíveis	
DELEGADO DE POLÍCIA	600	396	199	66,00
AGENTE DE POLÍCIA	5.649	2.121	3.521	37,55
AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	800	349	445	43,63
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	1.000	317	680	31,70
PAPIOSCOPISTA POLICIAL	360	250	109	69,44
PERITO MÉDICO-LEGISTA	160	79	81	49,38
PERITO CRIMINAL	400	221	178	55,25
TOTAIS	8.969	3.733	5.213	41,62

Obs.: O quantitativo de vagas aprovadas está em conformidade com a Lei nº 12.803, de 24 de abril de 2013, publicada no DOU nº 79 de 25/04/2013, Seção 1, página 2.

Fonte: DGP/PCDF.

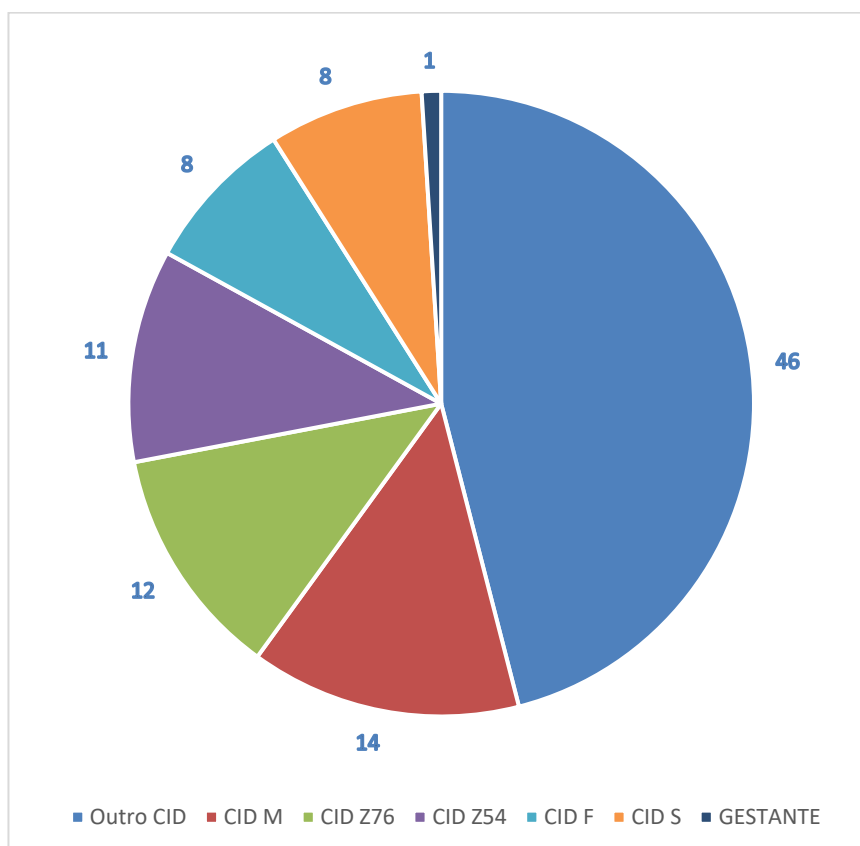
Dados obtidos junto à Policlínica da Polícia Civil do Distrito Federal mostram a importância de se preocupar com o fenômeno do adoecimento mental dos servidores. No período de 2019 à 2023, dos 100% de homologações de atestados de afastamento, cerca de 8% tinham relação com o CID-F (transtornos mentais), conforme tabela e gráfico a seguir:

Tabela 2: Homologações de Atestado - 2019 a 2023

TIPO	Quantidade em "%"	Descrição
Outro CID	46	Demais CID's.
CID M	14	CID M - Transtornos articulares e musculares.
CID Z76	12	CID Z76 - Indica que uma pessoa está em contato com os serviços de saúde em circunstâncias que não são para obter assistência médica.
CID Z54	11	CID Z54 - Indica que um paciente está em recuperação após um procedimento médico ou doença debilitante.
CID F	8	CID F - Transtornos mentais e comportamentais - 8% das homologações. Superado pelas doenças músculo-esqueléticas.
CID S	8	CID S - Outros traumatismos
GESTANTE	1	

Fonte: Policlínica / PCDF.

Gráfico 13: Homologações de Atestados – 2018 a 2023.



Fonte: Policlínica / PCDF.

Não obstante o quantitativo relativamente baixo de atestados homologados do CID-F (transtornos mentais), chegando a 8% do total, estes foram responsáveis por aproximadamente

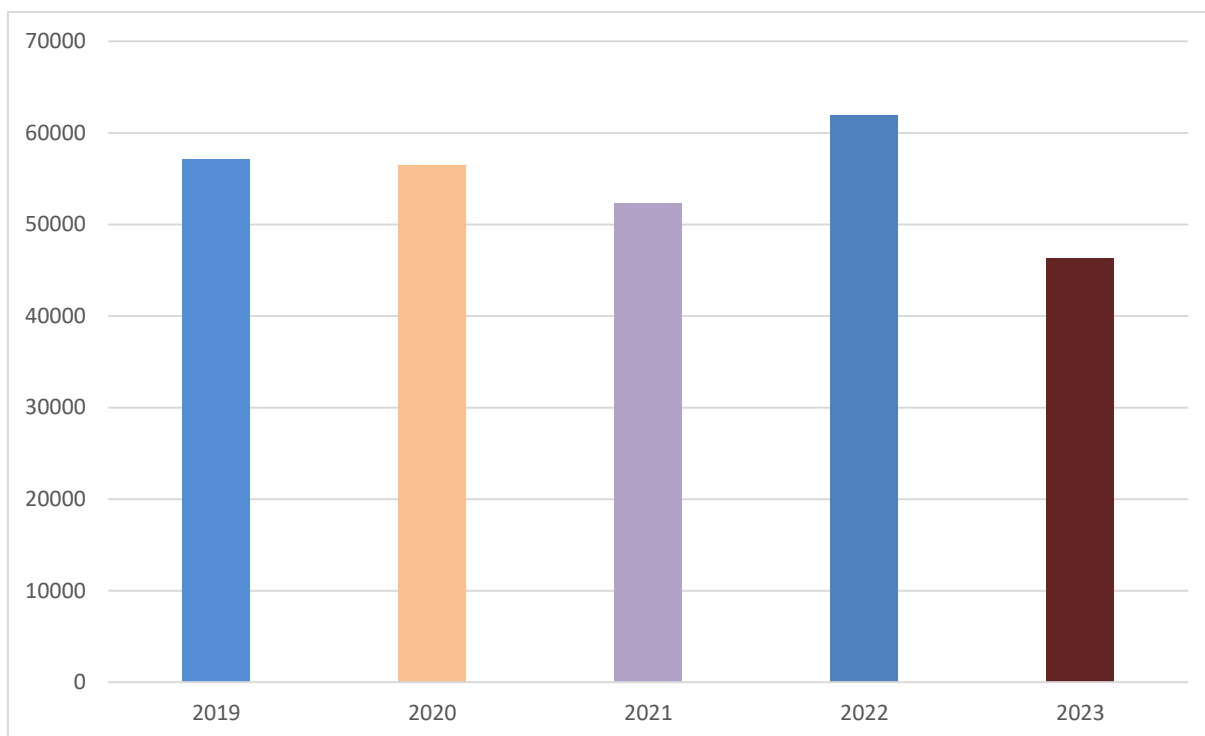
20% do absenteísmo na categoria. O gráfico 14 retrata o nível de absenteísmo total na PCDF nos últimos anos:

Tabela 3: Quantidade de horas totais de absenteísmo.

ANO	Quantidade de horas totais de absenteísmo:
2019	57152
2020	56491
2021	52278
2022	61891
2023	46298

Fonte: Policlínica / PCDF.

Gráfico 14: Quantidade de horas totais de absenteísmo.



Fonte: Policlínica / PCDF.

Das cerca de 46.000 (quarenta e seis mil) horas de afastamentos em 2023, tem-se, praticamente 9.000 (nove mil) horas relacionadas somente à saúde mental. Se for estimada a hora trabalhada do servidor policial civil em R\$50,00 (cinquenta Reais), mesmo valor da hora do S.V.G. (Serviço Voluntário Gratificado) na PCDF, temos um custo de aproximadamente R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil Reais) em apenas um ano. Esse cálculo ajuda no entendimento que é muito necessário que se façam investimentos na área de cuidados da saúde mental, de maneira que se possam minimizar as perdas pelo absenteísmo dos servidores e, por via de consequência, com mais servidores trabalhando plenamente, tenha-se maior retorno das investigações conduzidas pelos policiais civis. Perceber-se-ia um ciclo virtuoso, pois o cuidado da saúde de um, faz com que este não se afaste do trabalho e colabore nos afazeres de todos, equalizando o trabalho entre os colegas fazendo com que toda a estrutura mantenha um funcionamento saudável, fomentando a saúde organizacional, de dentro para fora.

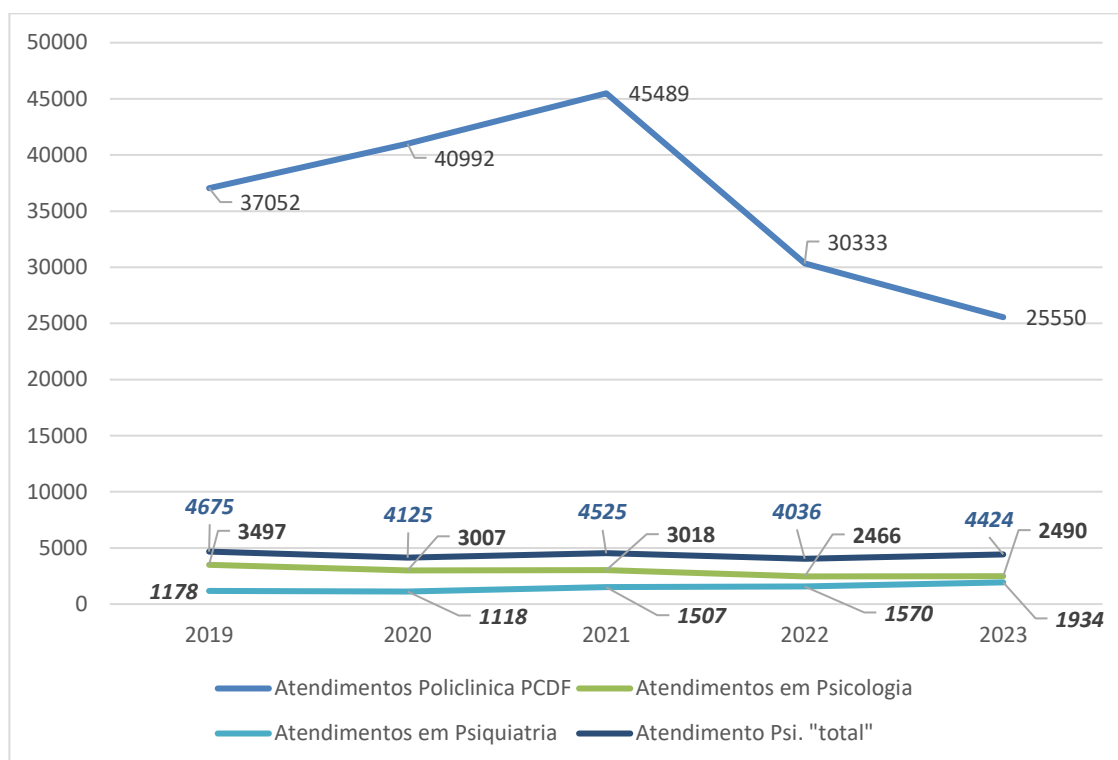
Outro dado relevante está demonstrado na tabela abaixo onde se pode notar que, dos atendimentos totais da policlínica, em média, 17% tem relação com o CID-F (atendimentos em psicologia e psiquiatria), corroborando a informação anterior de que quase 20% do absenteísmo total na PCDF está relacionado com essas patologias.

Tabela 4: Quantitativo de Atendimentos Agendados na Policlínica da PCDF e os atendimentos da área psicológica.

ANO	Atendimentos Policlínica PCDF	Atendimentos em Psicologia	Atendimentos em Psiquiatria	Atendimento Psi. "total"	Atendimento Psi. em "%"
2019	37052	3497	1178	4675	12,62%
2020	40992	3007	1118	4125	10,06%
2021	45489	3018	1507	4525	9,95%
2022	30333	2466	1570	4036	13,31%
2023	25550	2490	1934	4424	17,32%

Fonte: Policlínica / PCDF.

Gráfico 15: Quantitativo de Atendimentos Agendados Totais na Policlínica PCDF X Atendimentos Área Psicológica.



Fonte: Policlínica / PCDF.

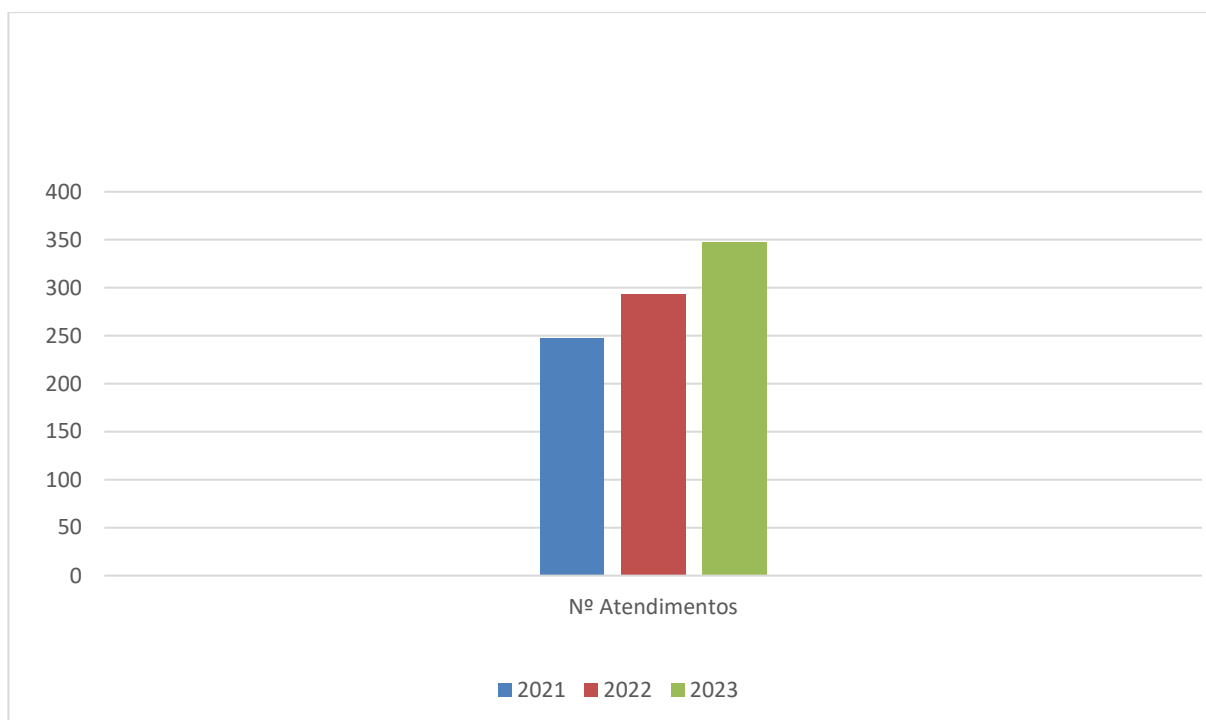
Por fim, vale destacar que a Policlínica da PCDF dispõe de um serviço de acolhimento de emergência em psicologia o qual foi bastante demandado nos últimos anos, conforme se denota no quadro abaixo:

Tabela 5: Acolhimento Emergência - Psicologia / Policlínica PCDF

Ano	Número de Atendimentos em Emergência
2021	247
2022	293
2023	347

Fonte: Policlínica / PCDF.

Gráfico 16: Acolhimento Emergência - Psicologia / Policlínica PCDF



Fonte: Policlínica / PCDF.

Importante inferir que a saúde dos servidores policiais deve ser prioridade, já que a falta destes é por demais prejudicial ao trabalho desenvolvido. Buscando uma sociedade mais justa e igualitária, o trabalho dos policiais deve ser respeitado e os profissionais devem ser muito bem cuidados pois são, em última análise, também responsáveis pela manutenção do equilíbrio social no país.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi apresentado, o adoecimento mental no trabalho é multifatorial (PEREIRA *et. al.*, 2020; MINAYO *et. al.*, 2011; SILVA & VIEIRA, 2008; BEZERRA *et. al.*, 2013 e TAVARES *et. al.*, 2022). São vários fatores que se acrescentam, somando também a vida “extra polícia” daquele que está adoecido ou adoecendo. A família desestruturada, uso abusivo de álcool, hereditariedade de problemas mentais, problemas financeiros, falta de compromisso consigo mesmo, falta de atividade física, pouca ou nenhuma atividade social com amigos, entre outros motivos, são o estopim para futuros problemas maiores.

Sugerir o acompanhamento por especialistas de todas as políticas públicas que visem a mitigação do adoecimento mental, procurando identificar os pontos exitosos e pontos a serem melhorados, sempre caminhando para desenvolvimento de políticas perenes no tratamento e cuidado psicológico dos policiais é essencial. Com esse acompanhamento e elaboração de estudos e relatórios poder-se-ia difundir para as outras instituições, as melhores sugestões para criação de programas próprios, tendo como base soluções experimentadas que tenham trazido bons resultados.

A capacitação de pessoas para o acolhimento inicial e encaminhamento dos policiais para tratamento, tem o objetivo de construir sujeitos sociais que estejam engajados no apoio e identificação de colegas com sintomas iniciais de adoecimento mental. Essa aproximação dos sujeitos, a interação entre o servidor que necessita de apoio e quem poderá apoiar tem reflexo direto na minoração do problema (FAGUNDES, 2006). Conforme Brezo *et. al.* (2007) pessoas com distúrbios mentais e ideações suicidas devem ter atendimento prioritário por profissionais e programas de prevenção, pois isso trará impactos favoráveis nos indicadores desses problemas.

Sugerir a implementação e articulação de ações educativas e preventivas na promoção da saúde mental, atentando que as ações preventivas podem ser divididas em quatro (4) espectros, a saber: seletiva, específica, individual e coletiva. A prevenção *seletiva* é feita naqueles sujeitos já identificados como vulneráveis, que já tenham tido a experiência social desfavorável ou participação em ocorrências muito graves; na prevenção *específica*, a atuação será naqueles que já houve tentativas de suicídio (por exemplo), ou, que apresentem mudança perceptível de comportamento que tenham relação com o adoecimento mental (percebido pelos pares); no caso da prevenção *individual*, será dada ao policial em crise; por fim, na percepção *coletiva*, deverá ser promovido entre os policiais a discussão ampla do tema, fomentar a geração de ações internas entre os colegas, desmistificando a visão preconceituosa acerca do tratamento e da prevenção do adoecimento mental, mantendo ativos espaços de fala / escuta para acolhimento dos interessados (MRAZEK & HAGGERTY, 1994; CONTE *et. al.*, 2012).

Em resumo, os principais fatores que contribuem para o adoecimento mental dos policiais incluem, enfrentamento frequente de situações de perigo e violência, como apontado por Minayo *et. al.* (2008). Falta de suporte emocional após eventos traumáticos gera transtornos como TEPT, ansiedade e depressão (TAVARES *et. al.*, 2022). Condições precárias de trabalho, como a falta de infraestrutura adequada, excesso de carga horária, salários defasados e ausência de equipamentos adequados aumentam o estresse ocupacional (LIMA *et. al.*, 2015; DIAS *et. al.*, 2023). Hierarquias rígidas, abuso de poder e pouca comunicação dentro das corporações

contribuem para sentimentos de isolamento e vulnerabilidade, foi citado por Dias *et. al.* (2023). A ausência de programas regulares de apoio psicológico agrava o sofrimento mental dos policiais, como foi destacado por Silva & Sehnem (2018) e Baierle & Merlo (2008). O medo de estigmatização faz com que muitos policiais evitem procurar ajuda, e isso perpetua o ciclo de sofrimento, fato apresentado nos estudos de Lima *et. al.* (2015) e Dias *et. al.* (2023).

Como foi possível observar na análise dos estudos apresentados, o trabalho policial está intrinsecamente ligado a situações de alto risco e exigências emocionais muito acima do que poderia ser considerado “normal”. Os fatores estressores se aglutinam na rotina dos agentes e os mais prevalentes incluem a exposição constante à violência, hierarquias rígidas, falta de suporte organizacional, longas jornadas de trabalho e baixos salários. (PELEGRINI *et. al.*, 2018; BEZERRA *et. al.*, 2013; MINAYO *et. al.*, 2008).

Vários artigos mostram que há uma crescente conscientização sobre a importância de programas de apoio e intervenção para policiais, mas também revelam lacunas significativas na implementação e avaliação dessas iniciativas (PEREIRA *et. al.*, 2020; BRASIL, 2023). É fundamental que gestores e formuladores de políticas públicas invistam em estratégias de curto, médio e longo prazos para apoiar a saúde mental dos policiais, integrando ações preventivas e contínuas que considerem as especificidades do trabalho policial.

Além das causas que acometem os trabalhadores em geral, para a classe de policiais ainda são acrescentados outros traumas, ligados ao dia a dia dos agentes, tais como: o treinamento mais rígido, a violência a que estão expostos, descanso e lazer prejudicados, etc., assim, surgem as consequências nefastas tais como: alcoolismo, depressão, afastamento do trabalho, famílias desestruturadas, entre outras (MINAYO *et. al.*, 2008; DIAS *et. al.*, 2023).

Vale destacar que algumas tentativas de combater o adoecimento mental foram apresentadas e obtiveram êxito (CONTE *et. al.*, 2012), contudo, qualquer política pública não pode ser aplicada somente na base do empirismo. Há a necessidade de que se façam testes em um grupo menor, analisando os resultados visando aprimorá-los antes que sejam aplicados a todos os servidores, assim, haverá uma expressiva economia e a obtenção de resultados mais confiáveis. Conforme explicado por Bonelli *et. al.* (2019) a boa vontade das autoridades e legisladores na elaboração de políticas públicas, por si só, não garante o seu sucesso, sendo imprescindível que testes iniciais sejam encetados, para a validação do projeto antes de efetivamente aplicá-lo.

A proposta de um estudo mais amplo, com pesquisas, entrevistas e acompanhamento dos policiais por um tempo mais longo, provavelmente trará mais possibilidades para o enfrentamento desse problema. Para além disso, propõe-se também sugestões a serem implementadas à curto, médio e longos prazos, com o mesmo objetivo - mitigar o problema do adoecimento mental dos policiais.

Reitera-se que a elaboração de estudos e políticas públicas no sentido de minimizar o adoecimento mental entre policiais, é por demais necessário pois traz repercussões positivas à sociedade, à corporação e ao ambiente de trabalho. Com maior número de policiais trabalhando, tanto melhor será o combate à criminalidade com mais produtividade e engajamento. Para a corporação, a vantagem está em manter o nível de resposta no enfrentamento das mazelas da sociedade, haja visto a redução do absenteísmo; e, em relação ao ambiente de trabalho, faz com que mais policiais estejam mais interessados, com o clima de trabalho mais positivo, com isso, haverá menos sobrecarga aos colegas que não ficaram adoecidos.

Devem ser preparadas ações para que todos os agentes tenham condições de identificar um colega com sinais de problemas psicológicos e indicá-lo ao tratamento, fazendo o seu acompanhamento e acolhimento, de maneira que este momento de dificuldade não gere novos traumas e o tratamento tenha efetividade garantida.

Seguem sugestões para minimizar o problema do adoecimento mental.

Soluções de baixo custo e curto prazo:

- Implementar de grupos de escuta ativa e apoio interno, nesses grupos, os policiais poderiam compartilhar suas experiências e sentimentos, sem que sejam estereotipados e sem receio de qualquer punição, caso envolvam situações de assédio (BAIERLE & MERLO, 2008).
- Paralelamente à criação dos grupos anteriormente mencionados, realizar campanhas de conscientização visando reduzir o estigma associado à busca por ajuda psicológica entre policiais (SILVA & SEHNEM, 2018).
- Realizar workshops e palestras sobre saúde mental, visando a identificação de sinais de alerta para transtornos emocionais, reforçando a importância desse acompanhamento (BEZERRA *et. al.*, 2013).

Soluções de médio custo e médio prazo:

- Criar programas de treinamento em resiliência emocional que possam ajudar aos policiais a lidar com situações estressantes (SILVA & SEHNEM, 2018).

- Ofertar sessões regulares com psicólogos especializados no atendimento de policiais, deste encontro se poderia elaborar avaliações de risco com plano clínico, social, econômico, ambiental e afetivo, procurando observar as necessidades individuais dos pacientes (BRASIL, 2010);
- Criar políticas internas de acolhimento, as quais devem incluir o deferimento de afastamentos para tratamento psicológico, que não tragam prejuízo financeiro (LIMA et. al., 2015).
- Estabelecer parcerias com universidades para que seja possível conduzir pesquisas sobre saúde mental policial, estruturando trabalhos sérios baseados em dados, os quais possam redundar em políticas públicas e intervenções mais eficazes.
- Promover eventos sociais e esportivos onde os policiais e familiares possam participar, melhorando os laços e inserindo a família dos agentes no cotidiano deste trabalhador, e, em caso de algum policial já adoecido, que ele possa perceber esse apoio dentro e fora da corporação até sua recuperação.
- Promover entre os policiais o interesse por uma vida mais saudável (prática de atividades físicas, alimentação adequada, etc.).

Soluções de alto custo e longo prazo:

- Estabelecer centros de apoio psicológico por região integrados, com suporte clínico e psiquiátrico dedicado aos policiais (TAVARES et. al., 2022).
- Reanalisar e reformular as rotinas internas, os aspectos estruturais, a infraestrutura das unidades policiais, criando ambientes psicologicamente seguros.
- Revisar a carga horária e aspectos ligados diretamente ao trabalho dos policiais reduzindo jornadas excessivas e propondo, em situações específicas uma escala de trabalho reduzida e alternância de funções (DIAS et. al., 2023).
- Revisão das condições de trabalho para incluir escala reduzida e alternância de funções que minimizem a sobrecarga.

O papel da instituição deve ser de criar mecanismos de detecção / prevenção / interação e intervenção para seus servidores. Uma pesquisa de opinião entre os policiais, procurar entender as preocupações do grupo, saber se as mentes estão em equilíbrio ou não, formariam uma importante avaliação. Existem poucos profissionais dentro da PCDF dedicados exclusivamente a esse mister, poderia ser apresentada como mais uma sugestão de baixo/médio

custo, visando inclusive minimizar o trauma que alguns policiais tem de falar das suas dores e problemas psicológicos, seria a contratação de equipe psicológica externa, tanto para avaliação quanto para o diagnóstico de distúrbios mentais entre os integrantes da PCDF. Futino & Delduque (2020) também reforçaram a necessidade de ampliação e contratação de pesquisas futuras para estudo do tema.

7- CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo central investigar a possível relação entre as atividades desempenhadas por policiais civis do Distrito Federal e a incidência de adoecimento mental nesse grupo profissional. Ao longo do estudo, buscou-se analisar se há relação entre o exercício da função policial e o surgimento de transtornos mentais, como o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade e, em casos extremos, suicídio. Os resultados obtidos por meio da revisão bibliográfica, análise documental e exame de dados fornecidos pela Policlínica da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) permitiram identificar uma multiplicidade de fatores que contribuem para o comprometimento da saúde mental dos policiais civis, evidenciando a complexidade e a relevância do tema para a gestão pública.

A análise dos fatores “atividade policial” e “adoecimento mental”, conforme apontado por Oliveira & Santos (2010) e Minayo *et. al.* (2011), revelou uma significativa relação entre o trabalho desenvolvido pelos policiais e o surgimento de transtornos psíquicos. Dados fornecidos pela Policlínica da PCDF corroboram essa constatação, demonstrando que, entre 2019 e 2023, os transtornos mentais corresponderam a aproximadamente 8% das homologações de atestados médicos, mas representaram cerca de 20% dos casos de absenteísmo. Essa desproporcionalidade evidencia o impacto significativo que os problemas de saúde mental exercem sobre a capacidade laboral dos policiais, resultando em afastamentos mais prolongados. Como destacado em matéria publicada por Schwingel (2024) a qual revelou que a PCDF afasta, em média, o número expressivo de 10 policiais mensalmente devido a transtornos mentais, quantidade alta, se considerado o efetivo total da corporação. Esses dados reforçam a hipótese inicial de que a exposição a situações de grande pressão psicológica impacta negativamente a saúde mental dos policiais, levando ao estresse, depressão e ansiedade.

No que concerne aos fatores estressores inerentes à profissão policial, a pesquisa identificou uma multiplicidade de elementos que contribuem para o desgaste emocional e

psicológico dos servidores. Conforme se discutiu, a exposição cotidiana à violência, as jornadas de trabalho excessivas, o escasso apoio institucional e as pressões hierárquicas figuram entre os principais fatores estressores. O estudo do instituto Novas Ideias em Segurança Pública (ANDREOTTI, 2023), revelou que 74,5% dos policiais entrevistados apontaram a "*remuneração insuficiente para vida digna*" como uma das principais causas de insatisfação no trabalho, seguida pelo "*risco de sofrer punições pelo exercício do dever legal*" (72,6%) e pela "*falta de perspectiva em melhorar as condições de trabalho*" (71,6%). Esses achados corroboram os estudos de Bezerra *et. al.* (2013), Souza *et. al.* (2022) e Tavares *et. al.* (2022), que indicaram o alto nível de estresse, salários defasados, endividamento, falta de tempo para atividades pessoais e desânimo com o trabalho como precursores de problemas de saúde mental. Adicionalmente, como apontado por Silva (2009), os policiais carregam permanentemente a sensação de vulnerabilidade em relação à morte, o que intensifica o desgaste psicológico e contribui para o adoecimento mental.

Já na Polícia Civil do Distrito federal existem os mesmos problemas, no entanto, a falta de estudos específicos para essa corporação acerca dessa temática, não permite que seja apontado - com certeza - se o trabalho desempenhado pelos policiais civis do DF tem relação direta com o adoecimento mental dos servidores. É sabido que muitos policiais estão adoecidos e o número tem aumentado anualmente, conforme foi apresentado pelos números da própria Policlínica da PCDF.

Mesmo tendo a PCDF implementado políticas internas na tentativa de cuidar de seus servidores, como, por exemplo, o programa *Serh Feliz* (PCDF, 2023), ainda são necessários estudos e estratégias para a mitigação do adoecimento mental dos agentes. O programa *Serh Feliz* apresenta aos servidores sugestões para que se cultive um ambiente com mais satisfação aos policiais. A própria Policlínica da PCDF estabelece que o programa visa promover a melhora do bem-estar mental, prevenindo, por consequência, doenças e problemas mentais mais graves.

Esteves & Gomes (2013) destacaram a importância de considerar variáveis pessoais e profissionais, como estado civil, prática de exercícios físicos, contexto laboral, carga horária e categoria profissional, na elaboração de programas de apoio psicológico. Maia *et. al.* (2011) sugeriram que sejam considerados a personalidade e a condição de ajustes emocionais por parte dos policiais, indicando que indivíduos com altos níveis de afeto negativo e menor capacidade de utilizar mecanismos de extinção do medo são mais propensos a desenvolver e persistir com sintomas de TEPT. Essas constatações reforçam a necessidade de uma abordagem

multidisciplinar e personalizada nos programas de apoio psicológico destinados aos policiais civis do DF.

Um aspecto preocupante identificado na pesquisa refere-se à subnotificação dos casos de adoecimento mental e ao estigma associado à busca por auxílio psicológico. Como alertado por Martins & Da Cruz (2023), existe a possibilidade de subnotificação dos casos por parte das corporações, o que prejudica a identificação da realidade e, consequentemente, o estudo e implementação de políticas públicas específicas. O estigma e o receio de punições dificultam a busca por auxílio psicológico, favorecendo a subnotificação dos casos de adoecimento. Esse fenômeno foi evidenciado no estudo do NISP, que revelou que 59,9% dos policiais entrevistados não sabem a quem recorrer caso necessitem de ajuda psicológica (ANDREOTTI, 2023). Além disso, a cultura organizacional das polícias, baseada nos pilares de disciplina e hierarquia, como destacado por Silva & Vieira (2008), afeta diretamente a saúde mental dos policiais e contribui para a perpetuação do estigma. Os próprios policiais evitam transparecer que estão adoecidos, pois precisam manter-se ativos, trabalhando, seja por necessidade financeira, ou mesmo para preservar sua condição de "herói" que lhes foi impingida desde que entraram na corporação, conforme apontado por Silva (2009).

As condições de trabalho emergiram como um fator determinante para o adoecimento mental dos policiais. Minayo *et. al.* (2008) afirmaram que as jornadas excessivas no trabalho reduzem o tempo destinado ao lazer, família e descanso, acarretando problemas em cadeia, tais como aumento de massa corporal, sedentarismo, alimentação incorreta, consumo excessivo de álcool e substâncias tóxicas. Essas condições, por sua vez, levam ao aumento de ansiedade, estresse e depressão. Pelegrini *et. al.* (2018) corroboram essa constatação ao apontarem que há correlação negativa entre as condições de trabalho e o estresse ocupacional, sugerindo que percepções negativas sobre o ambiente laboral estão associadas a níveis mais elevados de estresse. No contexto específico da PCDF, as investigações de crimes (sejam as mais complexas ou não) obrigam os servidores a cumprirem as mais variadas missões, como campanhas, interceptação telefônica, entrevistas com autores, vítimas e testemunhas, elaboração de inquéritos policiais, entre outras tarefas. Um único policial pode estar envolvido em mais de uma dessas ações simultaneamente, causando um nível de estafa mental bem acima do que poderia ser considerado normal.

A necessidade de políticas públicas mais eficazes para a saúde mental dos policiais civis do DF ficou evidente ao longo da pesquisa. O presente estudo sugere a necessidade de políticas que incluam treinamentos em resiliência emocional, criação de redes de apoio entre os

profissionais, revisão das condições de trabalho e ampliação dos serviços de atenção psicológica. Futino & Delduque (2020) destacaram que, apesar de existirem diretrizes nacionais e internacionais para promover a defesa dos direitos dos policiais, principalmente nos cuidados para com a saúde mental, surgem desafios específicos como uma abordagem mais ampla e sistêmica do problema. Os autores enfatizaram a importância de resultados que possam embasar políticas públicas efetivas, visando a proteção e valorização da saúde mental dos trabalhadores da segurança pública do país. Nesse sentido, a formulação e implementação de estratégias preventivas e terapêuticas que considerem, de forma integrada, os aspectos organizacionais e individuais envolvidos mostra-se fundamental para enfrentar o problema do adoecimento mental entre os policiais.

O impacto do adoecimento mental dos policiais no serviço prestado à sociedade e nos custos para a administração pública também foi objeto de análise. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) apontou que ambientes de trabalho seguros e saudáveis são um direito fundamental para todos e que, quando acolhem seus trabalhadores, as organizações são mais propensas a melhorar o desempenho e a produtividade, além de minimizar tensões e conflitos internos. No contexto específico da PCDF, o adoecimento mental dos policiais resulta em afastamentos prolongados, como evidenciado pelos dados da Policlínica, o que compromete a eficiência do serviço prestado à população e gera custos significativos para a administração pública. Além disso, como destacado por Silva (2009), o policial que estiver vivendo em sofrimento psíquico intenso certamente terá dificuldade de desempenho, o que pode comprometer a qualidade do serviço prestado e, em última análise, a segurança pública como um todo.

As limitações encontradas refletem a falta de estudos longitudinais com os servidores da PCDF. Os dados apresentados na pesquisa do NISP (ANDREOTTI, 2023), que retratam o momento preocupante da saúde mental dos policiais em todo o país, corroboram com a necessidade de planejar um estudo mais aprofundado para cada uma das polícias brasileiras, devido às suas especificidades regionais e também aos aspectos sociais daqueles que as compõem, assim, reforça mais ainda a demanda por um estudo longitudinal com os servidores da PCDF, procurando identificar os fatores mais prevalentes para o adoecimento psicológico, tal estudo poderá culminar em possíveis respostas e soluções para mitigação do adoecimento mental dos policiais civis do Distrito Federal.

Caso o adoecimento mental dos policiais não seja tratado com seriedade, os impactos na segurança pública podem incluir a diminuição da eficácia operacional e os policiais podem

apresentar dificuldades em tomar decisões em situações críticas (DIAS *et. al.*, 2023). O estresse pode ocasionar no aumento de comportamentos inadequados por parte dos policiais, como por exemplo o uso excessivo da força, erros operacionais e etc. (DIAS *et. al.*, 2023). Outro ponto tem relação com a redução da confiança da sociedade no trabalho das corporações, pois o adoecimento causa uma piora do atendimento ao público, minando a confiança no trabalho da polícia (BAIERLE & MERLO, 2008).

Tudo isso reforça o fato de que existe grande carência de dados sistematizados sobre a prevalência de transtornos mentais específicos na população de policiais civis do DF, sendo esta uma limitação significativa para aprofundar o estudo do tema. Como apontado por Silveira (2016), há uma baixa produção de materiais que tratem especificamente das Polícias Cíveis do país, menos ainda da PCDF. Essa escassez de estudos, como sugerido por Bayley & Skolnick (2001), pode estar relacionada ao pouco reconhecimento que a sociedade dá às atividades policiais. A falta de dados sistematizados dificulta a compreensão da real dimensão do problema e, conseqüentemente, a elaboração de políticas públicas eficazes. Nesse sentido, recomenda-se a realização de estudos mais abrangentes e sistemáticos sobre a saúde mental dos policiais civis do DF, com o objetivo de preencher essa lacuna e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Diante do exposto, conclui-se que o adoecimento mental entre os policiais civis do Distrito Federal é um fenômeno multifatorial, que não pode ser atribuído unicamente às atividades laborais contemporâneas da PCDF. No entanto, os resultados da pesquisa evidenciam a relação significativa entre o trabalho policial e o surgimento de transtornos mentais, o que demanda a formulação e implementação de estratégias preventivas e terapêuticas que considerem, de forma integrada, os aspectos organizacionais e individuais envolvidos. A revisão das condições de trabalho, a ampliação dos serviços de atenção psicológica, a criação de redes de apoio entre os profissionais e o combate ao estigma associado à busca por auxílio psicológico figuram entre as principais recomendações para enfrentar o problema. Além disso, a realização de estudos mais abrangentes e sistemáticos sobre a saúde mental dos policiais civis do DF mostra-se fundamental para preencher a lacuna de dados e fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Em última análise, o cuidado com a saúde mental dos policiais civis do DF não apenas beneficia os servidores e suas famílias, mas também contribui para a melhoria da eficácia das atividades das forças policiais como um todo e, conseqüentemente, para a qualidade do serviço prestado à sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, Luciano Soncini. *Como está a saúde mental dos policiais no Brasil?* (Pesquisa). NISP - Novas Ideias em Segurança Pública. 2023. São Paulo/SP. Disponível em: https://www.nispbr.org/_files/ugd/b8e4ec_9435522d160846728cb4999fcc48df81.pdf
- APPOLINÁRIO, Fabio. *Dicionário de Metodologia Científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.
- AUBERT, Nicole. *Le Culte de l'urgence*. Ed. Flammarion. Paris. 2003.
- AUBERT, Nicole; GAULEJAC, Vincent de. *Le Coût de l'excellence*. Editions du Seuil. Paris. 1991.
- AUBERT, Nicole; PAGÈS, Max. *Le Stress Professionnel*. Ed. Klinksicck. Paris. 1989.
- BAIERLE, Tatiana Cardoso; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. *Saúde mental e subjetividade no trabalho de uma guarda municipal: estudo em psicodinâmica do trabalho*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 11(1), 69-81.(2008).
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172008000100006&script=sci_abstract
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo: edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome. *Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas*. Ford Fundation. NEV - Núcleo de Estudos da Violência - USP. 2001. ISBN: 9788531406270.
- BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. *Estresse ocupacional em mulheres policiais*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300011>.
- BLANCO, Pedro Rosa Blanco; CANDIOTTO, Vincenzo Parreira; CORTEZ, Paulo. *Perfil epidemiológico de pacientes com infarto agudo do miocárdio na microrregião de Itajubá (Minas Gerais)*. Research, Society and Development, v. 12, n. 11, e120121143874. 2023. ISSN 2525-3409. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i11.43874>
- BONELLI, Francesco; FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo; COELHO, Denilson Bandeira; PALMEIRA, Jamili da Silva. *A atuação dos burocratas de nível de rua na implementação de políticas públicas no Brasil: uma proposta de análise expandida*. Cad. EBAPE.BR 17 (spe). Nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395177561>.
- BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. *Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental*. Psicologia & Sociedade v. 19 (spe). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Brasil. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400014>.
- BRANDAU, Ricardo; MONTEIRO, Rosângela; BRAILE, Domingo M. *Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos*. Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, v. 20, n. 1, p. 7-9, 2005.

BREZO, Jelena; PARIS, Joel; BARKER, Edward Dylan; TREMBLAY, Richard; VITARO, Frank; ZOCCOLILLO, Mark; HÉBERT, Martine; TURECKI, Gustavo. *Natural history of suicidal behaviors in a population-based sample of young adults*. Psychol Med. 2007; 37(11):1563-1574. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17927844/>.

BRASIL. Portaria nº 1.876, DE 14 DE AGOSTO DE 2006. *Institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão*. Brasil. Ministério da Saúde. 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. *Grupo de trabalho em humanizações – tecendo redes para superar o sofrimento psíquico*. In: Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. Formação e intervenção. Brasília: MS; 2010.

BRASIL. Lei nº 14.531, DE 10 DE JANEIRO DE 2023. *Dispõe sobre a implementação de ações de assistência social, a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social e para instituir as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e defesa social; e dá outras providências*. Brasil. 2023-a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114531.htm

BRASIL. LEI Nº 14.556, DE 25 DE ABRIL DE 2023. *Institui a campanha Janeiro Branco, dedicada à promoção da saúde mental*. Brasil. 2023-b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114556.htm

CAMPOS, Isabel Carolina Martins. *Evidências de assédio moral e incapacidade para o trabalho em servidores públicos de Santa Catarina*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina. 2011. UFSC. 270 p. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101584>

CASTRO, Maria Cristina d'Ávila de; CRUZ, Roberto Moraes. *Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis*. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.l.], v. 35, n. 2, p. 271-289, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-370300702013>

COHEN, Daniel. *Nos temps modernes*. Ed. Flammarion. Paris. 2000.

CONTE, Marta; MENEGHEL, Stela Nazareth; TRINDADE, Aline Gewehr; CECCON, Roger Flores; HESLER, Lilian Zielke; CRUZ, Claudia Weyne; SOARES, Regina; PEREIRA, Sanderlei; JESUS, Irani. *Programa de Prevenção ao Suicídio: estudo de caso em um município do sul do Brasil*. Ciência & Saúde Coletiva, 17(8): 2017-2026, 2012.

COSTA, Juliana. *Ansiedade e depressão são os principais vilões da saúde mental*. SIS/Saúde. Senado Federal. DF. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/sis/noticias-comum/ansiedade-e-depressao-sao-os-principais-viloes-da-saude-mental#:~:text=De%20forma%20geral%2C%20o%20adoecimento,il%3%ADcitas%20e%20viv%3%AAncia%20de%20traumas>.

COURPASSON, David. *Managerial strategies of domination. Power in soft bureaucracies*. Sage Journals. p. 141-161. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0170840600211001>.

CRESWELL, John Ward. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRONIN, Patrícia; RYAN, Frances; COUGHLAN, Michael. *Undertaking a literature review: a step-by-step approach*. British Journal of Nursing, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard. *L'Acteur et le système*. Editions du Seuil. Paris. 1977.

DA SILVA, Guilherme Bertassoni; VARGAS, Raíssa Miranda da Cunha; HOLANDA, Adriano Furtado. Prática Policial e o Not Being-at-Ease: *A Importância do Investimento em Saúde Mental na Polícia*. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 17, n. 2, 2023.

DEJOURS, Christophe. *Souffrance em France*. Ed. Seuil. Paris. 1998.

DELBERGHE, Michel. *Les professions les moins valorisées seraient les plus exposées au stress*. Artigo jornal Le Monde. França. 2002. Acesso em: agosto/2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/archives/article/2002/06/09/les-professions-les-moins-valorisees-seraient-les-plus-exposees-au-stress_4230838_1819218.html

DIAMANTOPOULOU, Anna. *L'Europe en proie au stress*. EU-OSHA - Agence européenne pour la sécurité et la santé au travail. p.3. ISSN 1608-4136. 2002. Disponível em: https://travail-emploi.gouv.fr/IMG/pdf/tude_2002_dublin.pdf

DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares; FERREIRA, Leonardo Borges. *Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal*. CADERNOS EBAPE. BR, v. 21, nº 1 - ISSN: 1679-3951. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/MLhNhXcDC5YV3ZSrq5HrcMn/>

EHRENBERG, Alain. *Le Culte de la performance*. Ed. Calmann-Lévy. Paris. 1992.

ESTEVES, Anabela; GOMES, A. Rui. *Stress ocupacional e avaliação cognitiva: um estudo com forças de segurança*. Saúde Soc. São Paulo, v.22, n.3, p.701-713, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000300005>.

FAGUNDES, Sandra Maria Sales. *Águas da Pedagogia da Implicação: Intercorrências da educação para políticas públicas de saúde* [dissertação]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre/RS. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/16185>.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. Nascimento da Prisão*. (Traduzido por: Raquel Ramallete). Ed. Vozes. 25ª Ed. Petrópolis/RJ. 2002.

GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. [Tradução: Ivo Storniolo]. Aparecida/SP. Editora Ideias & Letras. 2007. ISBN: 978-85-98239-97-02.

GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; NJAINE, Kathie; SHENKER, Miriam. *Êxitos na prevenção da violência*. São Paulo: Hucitec; 2006. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500018>.

LAURE, Patrick. *Les Drogues de la performance*. Nancy, França: CHU de Nancy (Hospital Universitário de Nancy), 1998.

FRANCO, Andre Luiz Abul Hiss. *Saúde mental dos policiais como forma de obter um desenvolvimento sustentável*. UNISANTA Law and Social Science, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/lss/article/view/3573>

FREIRE, Heloísa Bruna Grubits, GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; VASCONCELOS, Eveli Freire de, MARTINS, Luci Nunes Ratier. *Emotional Work / Trabalhos que envolvem intensa carga emocional*. In: GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; GRUBITS, Sônia. *Saúde mental e trabalho*, vol. IV. 1ª edição São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 151-170.

FUTINO, Regina Silva; DELDUQUE, Maria Célia. *Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema*. Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário, Brasília, v. 9, n. 2, p. 116-134, abr./jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17566/ciads.v9i2.632>.

GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da. (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 115-146.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva. 1987. 312 p. (Coleção debates. Psicologia, 91).

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães; NETO, Alessandra Laudelino; MASSUDA JÚNIOR, João. *Intervenção integrada em saúde mental do trabalhador em uma corporação policial de Campo Grande (MS)*. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, [s.l.], v. 45, e8, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000018618>.

IPPES (Instituto de Pesquisa, Prevenção e Estudos em Suicídio). *Boletim IPPES 2023: Notificações de mortes violentas intencionais e tentativas de suicídios entre profissionais de segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://ippesbrasil.com.br/wp-content/uploads/2024/02/CORRETO_Boletim-IPPES-2023.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

KOLLER; Silvia H.; DE PAULA COUTO, Maria Clara P.; HOHENDORFF, Jean Von (Org.). *Manual de produção científica*. Porto Alegre. Penso. 2014.

LIMA, Fabíola Polo de; BLANK, Vera Lúcia Guimarães; MENEGON, Fabricio Augusto. *Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde*. Psicologia: Ciência e Profissão. ISSN: 1414-9893. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/q54XX48xW8pPcXXHfSSNqdb/abstract/?lang=pt>

LORENZ, Mariana. *Definindo a profissão policial*. Revista Trabalho & Sociedade [online]. 2018, n.30, pp.347-369. ISSN 1514-6871. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1514-68712018000100018&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

MAIA, Deborah B.; MARMAR, Charles R.; HENN-HAASE, Clare; NOBREGA, Augusta; FISZMAN, Adriana; MARQUES-PORTELLA, Carla; MENDLOWICZ, Mauro V.; COUTINHO, Evandro S.F.; FIGUEIRA, Ivan. *Predictors of PTSD symptoms in Brazilian police officers: the synergy of negative affect and peritraumatic dissociation*. Revista Brasileira de Psiquiatria. Braz. J. Psychiatry 33 (4). Dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462011000400009>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Jonatas. *Saúde mental: 13 mil PMs do DF foram afastados do trabalho em 5 anos*. **Metrópolis**, Brasília/DF, 21 jan. 2024. Distrito Federal. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/saude-mental-13-mil-pms-do-df-foram-afastados-do-trabalho-em-5-anos>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MARTINS, Juliana; DA CRUZ, Juliana Lemes. *As mortes de policiais em 2022*. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 50-57, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MARTY, Pierre. *Les mouvements individuels de vie et de mort: essai d'économie psychosomatique*. PbP. 1978. EAN: 978B00680B0QE. Disponível em: <https://www.babelio.com/livres/Marty-Les-mouvements-individuels-de-vie-et-de-mort-ess/690623>

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. *Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública*. Cad. Saúde Pública 23 (11). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro. Brasil. Nov. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100024>

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. (coords.). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. 328 p. ISBN 978-85-7541-339-5. Disponível em: SciELO Books. <http://books.scielo.org>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; CARVALHAES, Raquel Vasconcellos. *Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil)*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. 2012. Revista: Ciência e Saúde Coletiva. 17(3), 621-626. 2012. São Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>.

MOREIRA, Márcia Adriana Dias Meirelles; CUNHA, Mônica Lorena Dias Meirelles da; CAVALCANTI NETO, Francisco de Assis; SOUTO, José Gomes; MEDEIROS JUNIOR, Ivson José Almeida. *Perfil dos pacientes atendidos por infarto agudo do miocárdio*. Rev. Soc. Bras. Clín. Méd.; 16(4): 212-214, out.-dez. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1025797>

MOSQUÉRA, Jésus. *Polícia do DF investiga mortes de escrivão e da namorada*. SBT News, Brasília/DF, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/policia-do-df-investiga-mortes-de-escrivao-e-da-namorada>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MRAZEK, Patricia J., HAGGERTY, Robert J. *Reducing Risks for Mental Disorders: Frontiers for Preventive Intervention Research*. Institute of Medicine (US). Committee on Prevention of Mental Disorders. Washington (DC): National Academies Press (US); 1994. PMID: 25144015. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25144015/>.

NASCIMENTO, Carlos; DA SILVA, Guilherme Bertassoni; VARGAS, Raíssa Miranda da Cunha; HOLANDA, Adriano Furtado. *Prática Policial e o Not Being-at-Ease: A Importância do Investimento em Saúde Mental na Polícia*. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 17, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1683>

NUNES, Everardo Duarte. (Resenha) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2007. ABRASCO. São Paulo. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000400030>

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. *Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua*. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 224-250, set./dez. 2010.

OLIVEIRA, Miriam Aparecida Mesquita; PANTOJA, Maria Júlia. *Desafios e Perspectivas do Teletrabalho nas Organizações: Cenário da Produção Nacional e Agenda de Pesquisa*. Revista Ciências Administrativas, [S. l.], v. 26, n. 3, 2021. DOI: 10.5020/2318-0722.2020.26.3.9538. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rca/article/view/e9538>. Acesso em: 17 dez. 2023.

OLIVEIRA, Nubya. *Afastamento do trabalho por saúde mental cresce 38%; como empresas podem evitar*. O Tempo. São Paulo. Brasil. 2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/afastamento-do-trabalho-por-saude-mental-cresce-38-como-empresas-podem-evitar-1.3318397>.

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de; BARDAGI, Marúcia Patta. *Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares*. Boletim de Psicologia, São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 fev. 2024.

OMS - Organização Mundial da Saúde. *Prevenção do Suicídio - Manual para profissionais da mídia*. Genebra. 2000. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67604/WHO_MNH_MBD_00.2_por.pdf;jsessionid=421AD5031BD8183A6A39532BA440F149?sequence=7. Acesso em 14 mar. 2024.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção*. Genebra – Suíça. (Artigo). 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>.

PAGÈS, Max. *Pour un Laboratoire de changement social*. In: Bulletin de psychologie. tome 26, n°308, 1973. pp. 925-927. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/bupsy.1973.10458>

PCDF. *1ª edição do Programa Serh Feliz da PCDF segue com tudo no “mês da Felicidade”*. Reportagem. Brasília/DF. Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.pcdf.df.gov.br/noticias/11574/1-edicao-do-programa-serh-feliz-da-pcdf-segue-com-tudo-no-mes-da-felicidade>

PELEGRINI, Andreia; CARDOSO, Thiago Elpídio; CLAUMANN, Gaia Salvador; PINTO, André de Araujo; FELDEN, Erico Pereira Gomes. *Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais*. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 26, n. 2, p. 423-430, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1160>.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. *Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil*. Cad. Saúde Colet., 2020, vol. 28, no. 4, pp. 500-509. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028040562>

PINTO, Liana Wernersbach; FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (2013). *Sofrimento psíquico em policiais civis do Estado do Rio de Janeiro*. Ciência & Saúde Coletiva, 18(3), 633-644. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MgkjVYq6nWCRHgY7hW5qQvf/abstract/?lang=pt>.

ROCHA, Lívio José Lima e. *Nova Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil: a saúde mental de quem investiga importa? Não*. Fonte segura. Ed. 212. Múltiplas Vozes. 2023. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/nova-lei-organica-nacional-da-policia-civil-a-saude-mental-de-quem-investiga-importa-nao/>

RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti (Orgs.). *Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas*. Brasília: Líber Livros Editora, 2006. 175p.

SCHWINGEL, Samara. *PCDF afasta, em média, 10 agentes por mês devido a transtornos mentais*. Portal Metrópoles. 22/04/2024. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/distrito-federal/pcdf-afasta-em-media-10-agentes-por-mes-devido-a-transtornos-mentais>

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Trabalho e desgaste mental - o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Ed. Cortez, 2011. 624 p. ISBN 9788524917561.

SELYE, Hans Hugo Bruno. *Stress, a tensão da vida*. São Paulo: Ibrasa - Instituição Brasileira de Difusão Cultural. 1959.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Liliane Neres da; SEHNEM, Scheila Beatriz. *Avaliação da saúde mental de policiais militares*. Pesquisa em Psicologia - anais eletrônicos, [S. l.], p. 43–60, 2018. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/19184. Acesso em: 3 jan. 2025.

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. *O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental*. Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.4, p.161-170, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/c7trbjmJ3RRnpDyHsNcJJKh/abstract/?lang=pt>

SILVEIRA, Andrea Maria. *Dying for the job: police work exposure and health* (resenha). Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Federal de Minas Gerais. rev. Ciências e saúde coletiva. 21 (12). Dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320152112.13242015>

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho*. Ciênc. saúde coletiva 10 (4). Dez. 2005. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000400015>

SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespanhol. *Prevenção de adoecimento mental relacionado ao trabalho: a prática de profissionais do Sistema Único de Saúde comprometidos com a saúde do trabalhador*. Intervenção em Saúde do Trabalhador. Rev. bras. saúde ocupacional nº 44. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000001918>.

SOUZA, Raphaela Campos de; BARROSO, Sabrina Martins; RIBEIRO, Ariadne Christie Silva. *Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa*. Saude & Sociedade. 31 (2). 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022201008pt>

TAVARES, Juliana Petri; MENDONÇA, Viviane Gallon; VIEIRA, Lizandra Santos; GUIMARÃES, Roberta Sofia Wiebling; MAGNAGO, Tânia Solange Bosi de Souza; MACHADO, Wagner de Lara; PAI, Daiane Dal. *Minor psychiatric disorders and the work context of Civil Police: a mixed method study / Distúrbios psíquicos menores e o contexto de trabalho da Polícia Civil: um estudo de método misto*. Jornal Brasileiro de Psiquiatria. 2022; 71(4):288-95. ISSN: 1982-0208. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1405466>.

TEIXEIRA, Isadora. *Pesquisa com policiais civis revela que 74% têm ansiedade e depressão*. Metrôpolis, Brasília/DF, 19 out. 2023. Grande Angular. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/pesquisa-com-policiais-civis-revela-que-74-tem-ansiedade-e-depressao>. Acesso em: 16 abr. 2024.

TRONCOSO, Luiza T.; OLIVEIRA, Nathália C. C.; LARANJEIRA, Nelson R. F.; LEPORAES, Rômulo C. A.; EIRA, Tadeu L.; PINHEIRO, Vitória P. *Estudo epidemiológico da incidência do infarto agudo do miocárdio na população brasileira*. Revista Caderno de Medicina No 1, Vol 1. 2018. Disponível em: <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/cadernosdemedicinaunifeso/article/view/957>

TURATO, Egberto Ribeiro. *Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa*. Revista de Saúde Pública. 2005. 39(3), 507-14. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>.

TURTE-CAVADINHA, Samantha Lemos. *Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares*. Tese de Doutorado. USP/SP. 2016.

URBANI, Gisele; JESUS, Lêda Freitas de; COZENDEY-SILVA, Eliana Napoleão. *Síndrome da disfunção da articulação temporomandibular e o estresse presente no trabalho policial: revisão integrativa*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 5, p. 1753-1765, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018245.16162017

VIAPIANA, Vitória Nassar; GOMES, Rogério Miranda; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. *Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença*. Saúde Debate 42 (spe4). Dez/2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>.

VIOLANTI, Jonh M. *Dying for the job: police work exposure and health*. Ed. Springfield: Charles C Thomas Publisher; 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kcfbkFPgTxNZ66vdLR6dp3p/>

WATSON, John Broadus. *Psychology as the behaviorist views it*. Psychological Review. 1913. 20(2): 158–177. ISSN 1939-1471. doi:10.1037/h0074428.

WHO. *World Health Statistics 2020: Monitoring health for the SDGs, sustainable development goals*. Geneva: World Health Organization; 2020. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3897953?v=pdf>

APÊNDICE

Apêndice A:

Memorando solicitando informações da PCDF, via Departamento de Gestão de Pessoas (DGP/PCDF).



Governo do Distrito Federal
Polícia Civil do Distrito Federal
17ª Delegacia de Polícia do Departamento de Polícia Circunscripcional
Seção de Apoio Administrativo, Estatística e Informática da 17ª Delegacia de Polícia

Memorando Nº 6/2025 - PCDF/DGPC/DPC/17ª DP/SAAEI

Brasília-DF, 16 de janeiro de 2025.

Ao **Diretor do DGP/PCDF**,

Assunto: Informações da POLICLINICA/PCDF.

Exmº Sr. Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente e dando continuidade aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública do curso de Mestrado promovido pela UnB, venho por meio deste informar que está em desenvolvimento a dissertação com o tema: "O ESTRESSE NO TRABALHO E O ADOECIMENTO MENTAL DOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL".

O objetivo da pesquisa é investigar a relação entre a exposição de policiais civis do DF a situações de pressão psicológica e a possibilidade de deterioração de sua saúde mental. O foco seria determinar se há correlação positiva entre o trabalho policial e o surgimento de sintomas de doenças mentais (*TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático, depressão, ansiedade, suicídio, etc.*).

Assim, venho solicitar autorização de V.Exª. no sentido de que este signatário possa ter informações sobre o quantitativo de policiais que foram atendidos e/ou afastados na POLICLÍNICA/PCDF, principalmente por eventos relacionados a transtornos mentais (CID-F), **nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023**.

Os números seriam os seguintes, *separados para cada um dos anos (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023)*:

1. Qual a quantidade de servidores ativos (*todos os cargos*) nos quadros da PCDF, **somente até o final do ano de 2023?**;
2. Qual a quantidade total de atendimentos na POLICLINICA/PCDF (*todos os CID's*)?;
3. Qual a quantidade total de atendimentos somente em Psicologia?;
4. Qual a quantidade total de atendimentos somente em Psiquiatria?;
5. Qual o total geral de atestados homologados (*todos os CID's*)?;
6. Qual o total de atestados homologados relativos ao CID-F?;
7. Qual a quantidade de policiais acolhidos em **emergência** de Psicologia/Psiquiatria?;
8. Qual a quantidade total de horas de absenteísmo (*todos os CID's*)?;
9. Qual a quantidade total de horas de absenteísmo somente para o CID-F?

Ressalte-se que a pesquisa não se utilizará de dados pessoais e não fará qualquer tipo de exposição dos indivíduos atendidos por quaisquer problemas de saúde; os dados brutos servirão para demonstrar o quantitativo de policiais afastados em relação aos que continuam trabalhando (até o final de 2023) e também a perda horas de trabalho por conta dessas situações.

Diante do exposto, solicito deferimento permanecendo à disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

Renato Araújo Santos

Agente de Polícia

Matrícula: 57.527-5



Documento assinado eletronicamente por **RENATO ARAUJO SANTOS - Matr.0057527-5, Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, Estatística e Informática da 17ª Delegacia de Polícia**, em 16/01/2025, às 18:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **160842304** código CRC= **99306C0C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
QNG 39, AE 12 - Bairro Taguatinga - CEP 72130-390 - DF
Telefone(s): (61)32077532
Site - www.pcdf.df.gov.br

00052-00002014/2025-91

Doc. SEI/GDF 160842304

ANEXOS

Anexo A:

Informações do Departamento de Gestão de Pessoas da PCDF (Quantitativo de servidores).

 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS SEÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO - DICAD				
QUANTITATIVO GERAL DE CARGOS EFETIVOS DA CARREIRA POLICIAL DATA: 01 DE DEZEMBRO DE 2023				
Cargos	Número de vagas			% (Ocupação)
	aprovas	ocupadas	disponíveis	
DELEGADO DE POLÍCIA	600	396	199	66,00
AGENTE DE POLÍCIA	5.649	2.121	3.521	37,55
AGENTE POLICIAL DE CUSTÓDIA	800	349	445	43,63
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	1.000	317	680	31,70
PAPISCOPISTA POLICIAL	360	250	109	69,44
PERITO MÉDICO-LEGISTA	160	79	81	49,38
PERITO CRIMINAL	400	221	178	55,25
TOTAIS	8.969	3.733	5.213	41,62

Obs.: O quantitativo de vagas aprovadas está em conformidade com a Lei nº 12.803, de 24 de abril de 2013, publicada no DOU nº 79 de 25/04/2013, Seção 1, página 2.

Brasília-DF, 01/12/2023

FERNANDO CÉSAR LIMA DE SOUZA
Diretor

Anexo B:

Respostas aos quesitos elaborados no memorando nº 6/2025 (*Apêndice A*) - informações da Policlínica/PCDF:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
POLICLÍNICA



SEI Nº 00052-00002014/2025-91
REFERENTE MEMORANDO Nº 06/2025 – PCDF/DGPC/DPC/17ª DP/SAAEI
Despacho – PCDF/DGPC/DGP/POLI – RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS

NOTA INFORMATIVA

1. 3.733 servidores da ativa;

2. Não temos essa resposta;

3.

ANO	TOTAL DE ATENDIMENTOS PSICOLOGIA
2019	3497
2020	3007
2021	3018
2022	2466
2023	2490

4.

ANO	TOTAL DE ATENDIMENTOS PSIQUIATRIA
2019	1178
2020	1118
2021	1107
2022	1570
2023	1934

5.

ANO	TOTAIS DE HOMOLOGAÇÕES POR TODOS OS CID'S
2019	4151
2020	3964
2021	4654
2022	6180
2023	4335

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
POLICLÍNICA



6.

ANO	TOTAIS DE HOMOLOGAÇÕES POR CID'S F
2019	566
2020	365
2021	438
2022	448
2023	419

7. Não temos essa resposta;

8.

ANO	TOTAIS DE ABSENTEÍSMO (DIAS) TODOS OS CIDS
2019	57152
2020	56491
2021	52278
2022	61891
2023	46299

9. Não temos essa respota.

NUESP/2025.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
POLICLÍNICA



SEI Nº 00052-00002014/2025-91
REFERENTE MEMORANDO Nº 06/2025 – PCDF/DGPC/DPC/17ª DP/SAAEI
Despacho – PCDF/DGPC/DGP/POLI – RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS

NOTA INFORMATIVA 2

9.

ANO	TOTAIS DE ABSENTEÍSMO (DIAS) - CID F
2019	17.035
2020	7.825
2021	11.766
2022	11.158
2023	9.461

NUESP/2025.